

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BÁRBARA SANTOS DE LIMA

BOAS PRÁTICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: uma
abordagem teórico-prática.



CURITIBA

2018

BÁRBARA SANTOS DE LIMA

BOAS PRÁTICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: uma
abordagem teórico-prática.

Monografia apresentada como requisito parcial
à obtenção do título de Licenciada em
Educação Física, do Departamento de
Educação Física, Setor de Educação, da
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Adriana Inês de Paula

CURITIBA

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus pela vida e pela oportunidade de estar vivenciando a tudo isso.

À minha mãe e ao meu pai, que sempre me apoiaram, independente do quão difícil tenha sido toda a minha trajetória.

À minha professora orientadora Adriana Inês de Paula, por ter me acolhido, me aconselhado e ter sido uma ótima orientadora me permitindo chegar até aqui.

Aos meus amigos, pela compreensão, companheirismo e amizade.

À professora Luciane Paiva da prática de ensino que me ajudou a preparar boas aulas.

E à professora Martha A. Picaz Glomb, da escola onde pude exercer meu trabalho e com a sua orientação da melhor maneira possível.

“A educação é a arte de rebatizarmos e/ou de nos ensinarmos a sentir de
outro modo.”
Nietzsche

RESUMO

O presente trabalho refere-se à boas práticas de inclusão na Educação Física Escolar, com objetivo de aprofundar os conhecimentos teóricos e a reflexão de experiências práticas de êxito no que tange a inclusão de estudantes com deficiência na educação física escolar. A metodologia da pesquisa caracteriza-se como do tipo qualitativa em parte de revisão bibliográfica e em parte de pesquisa de campo. A primeira parte caracteriza-se como pesquisa exploratória e descritiva, e a segunda parte como intervencionista, num esforço para caracterizar boas práticas de inclusão. Boas práticas, do termo inglês *best practices*, se caracteriza como uma soma de procedimentos que são comprovadamente eficazes e considerados melhores em determinada área de conhecimento, sendo reconhecidos pelo seu sucesso. Nesse raciocínio, uma boa prática é uma melhor prática num contexto geral. (Dicionário infopédia da Língua Portuguesa, 2018) Nessa ótica, o presente trabalho reúne alguns antecedentes sobre o tema da inclusão de pessoas com necessidades especiais, afim de compreender como isso se deu ao longo dos anos, quais foram as principais conquistas na área da educação, a necessidade de professores que desempenhem boas práticas de inclusão na educação física escolar, assim como alguns caminhos a seguir em busca dessas boas práticas e uma contribuição pessoal de intervenção que agrega este trabalho. O resultado do presente trabalho permite concluir que o “tomar-se” professor é um trabalho constante de busca e construção, e que os objetivos e expectativas para com este trabalho foram alcançados no que competem às boas práticas de inclusão na educação física escolar.

Palavras-chave: inclusão, boas práticas, educação física

ABSTRACT

The present work refers to the good practices of inclusion in School Physical Education, in order to deepen the theoretical knowledge and the reflection of successful practical experiences regarding the inclusion of students with disabilities in school physical education. The methodology of the research is characterized as qualitative type in part of bibliographic review and part of field research. The first part is characterized as exploratory and descriptive research, and the second part as interventionist, in an effort to characterize good inclusion practices. Good practice, from the English term best practices, is characterized as a sum of procedures that are proven effective and considered better in a certain area of knowledge, being recognized by its success. In this reasoning, good practice is best practice in a general context. (Dictionary infopedia of the Portuguese Language, 2018). From this point of view, the present work gathers some antecedents on the subject of the inclusion of people with special needs, in order to understand how this happened over the years, what were the main achievements in the area of education, the need for teachers who perform good practices of inclusion in school physical education, as well as some ways to follow in search of these good practices and a personal contribution of intervention that adds this work. The result of the present study allows to conclude that the "become" teacher is a constant work of search and construction, and that the objectives and expectations for this work were achieved in what compete for the best practices of inclusion in school physical education.

Keywords: inclusion, good practices, physical education

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACD – ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇA DEFICIENTE
(*ASSISTANCE ASSOCIATION FOR DISABLE CHILDREN*)

ABBR – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA BENEFICIENTE DE REABILITAÇÃO

APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

CEB – CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

CENESP – CENTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

CNE – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CNE – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

COB – CÔMITE OLÍMPICO BRASILEIRO

CPB -CÔMITE PARALÍMPICO BRASILEIRO

DUDH – DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

FENASP – FEDERAÇÃO NACIONAL DAS SOCIEDADES PESTALOZZI

IBC – INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS
ANÍSIO TEIXEIRA

LDB – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

ONU -ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

PCN - PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

PNE – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PPC – PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO CURRICULAR

PPP – PLANEJAMENTO POLÍTICO PEDAGÓGICO

SBT – SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO

SECADI – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO,
DIVERSIDADE E INCLUSÃO

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E CULTURA

UNIC – CENTRO DE INFORMAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. JUSTIFICATIVA.....	11
2. OBJETIVOS	12
2.1. GERAL	12
2.2. ESPECÍFICOS.....	12
3. METODOLOGIA	12
3.1. PROCEDIMENTOS DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	13
3.2. PROCEDIMENTOS DA INTERVENÇÃO	13
4. REVISÃO TEÓRICA	14
4.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS	14
4.1.1. PRIMEIRAS INICIATIVAS INTERNACIONAIS – DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.....	16
4.1.2. MARCOS HISTÓRICOS DE INCLUSÃO	17
4.2. A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL.....	23
4.3. INCLUSÃO E AS BOAS PRÁTICAS	25
4.3.1. PREMISSAS E QUALIDADES DAS BOAS PRÁTICAS	31
5. INTERVENÇÃO NA ESCOLA NA ÓTICA DAS BOAS PRÁTICAS DE INCLUSÃO	33
5.1. PLANEJAMENTOS	35
5.2. CADERNO DE CAMPO.....	44
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	61

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca aprofundar os conhecimentos a respeito da inclusão na educação, visando a inclusão na Educação Física na ótica das boas práticas. Pretende apresentar estudos teóricos e proporcionar a reflexão de experiências práticas de êxito no que tange a inclusão de estudantes com deficiência na educação física escolar. Desta forma, faz-se necessário entender o significado de inclusão e de boas práticas.

Inclusão provém de incluir, inserir ou fazer parte de um grupo, e mais do que uma definição, é um movimento mundial, de luta das minorias pelos seus direitos (Dicionário Aurélio de Português Online, 2018).

Boas práticas, entre várias definições basicamente atribui-se a uma melhor prática, que com uma soma de procedimentos, que são comprovadamente eficazes e considerados melhores em determinada área de conhecimento, a caracterizam como melhor, reconhecendo-a assim pelo seu sucesso (Dicionário infopédia da Língua Portuguesa, 2018).

Além de buscar eficiência fazendo certo alguma coisa, seguindo os procedimentos, as boas práticas podem ser eficazes se quem as busca tiver uma visão ampla do todo e conseguir identificar aquilo que precisa ser feito, antes que o próprio problema apareça, fazendo a coisa certa num contexto geral e se aproximando mais com a área da educação, onde dificilmente existe uma receita pronta que se adeque a todos.

Freire defende que “a educação não é só uma questão de métodos e técnicas, mas também passa pela questão do estabelecimento de uma relação diferente com o conhecimento e com a sociedade” (FREIRE, 1986 apud GOMES, 2016).

O “tornar-se” professor faz parte de um processo contínuo e nunca acaba, o professor está sempre se formando professor. O mesmo processo, bem como o de pesquisa, investigação e busca é de extrema importância no que diz respeito a inclusão de pessoas com necessidades especiais e de boas práticas.

Nessa ótica, o presente trabalho apresenta alguns antecedentes históricos sobre o tema da inclusão de pessoas com necessidades especiais, afim de compreender como isso se deu ao longo dos anos, quais foram as principais conquistas na área da educação, a necessidade de professores que desempenhem

boas práticas de inclusão na educação física escolar, assim como alguns caminhos a seguir em busca dessas boas práticas e uma contribuição pessoal de intervenção que agrega este trabalho.

1.1 JUSTIFICATIVA

Da justificativa pessoal: o tema em questão foi escolhido com a finalidade de suprir uma necessidade que eu tenho como futura professora, que é o conhecimento teórico-prático sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais, tendo em vista que sinto como se houvesse uma lacuna em minha formação e experiências, como um verdadeiro ponto de interrogação, que me faz não saber o que fazer nesse tipo de situação. Portanto espero que o trabalho proporcione o conhecimento que eu necessito, pois almejo ser uma professora de boas práticas.

Da justificativa social: os conhecimentos adquiridos e apresentados neste trabalho poderão auxiliar profissionais da área e professores a alcançar boas práticas, em conjunto a seus conhecimentos prévios e experiências sobre o tema, assim proporcionar um ensino de qualidade para seus alunos. Poderá servir também de referencial para futuros professores que se interessem pelo tema da educação física inclusiva.

O esforço realizado para caracterizar as boas práticas nas aulas de educação física poderá ser de grande valor, não só no que compete ao desenvolvimento motor, mas também agregar valores cognitivos, sociais e afetivos que espera-se, levem para a vida toda. Tanto professores como estudantes e a comunidade escolar em geral podem se beneficiar dessas práticas, trilhando um caminho que segue para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, que acolhe a todos.

2. OBJETIVOS

2.1 GERAL

Investigar a temática das boas práticas educacionais e propor meios de alcançá-las no contexto da educação física inclusiva.

2.2 ESPECÍFICOS:

- Levantar e trazer dados históricos a respeito da situação de vida das pessoas com necessidades especiais.
- Investigar os marcos históricos e a legislação sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais, bem como explicitá-las neste documento.
- Pesquisar e levantar dados a respeito da inclusão e de boas práticas de inclusão.
- Analisar como estes dados podem ser aplicados nas aulas de educação física na escola.
- Caracterizar o que compõem uma boa aula de educação física inclusiva.
- Realizar a intervenção na escola na ótica das boas práticas de inclusão.
- Produzir um relatório das intervenções.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho é de natureza qualitativa em parte de revisão bibliográfica e em parte como estudo de caso. A primeira parte caracteriza-se como pesquisa exploratória e descritiva, e a segunda parte como intervencionista, num esforço para caracterizar boas práticas.

3.1 PROCEDIMENTOS DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica foi desenvolvida com base em pesquisas de artigos presentes nos sites de busca confiáveis, em livros sobre o tema inclusão e em leis, decretos, pareceres e diretrizes educacionais.

As bases mais utilizadas foram: Scielo e Google Acadêmico, e os descritores utilizados foram: Educação Física e Inclusão, (inclusão) AND (educação física). Por meio destes foram escolhidos os artigos considerados mais pertinentes para a presente pesquisa.

Os livros, das quais informações foram coletadas para o presente trabalho, foram: “Atividade Física Adaptada” organizados pela autora Eliane Mauerberg-deCastro (2005 e edição ampliada de 2011), e “Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva” organizado pelo autor David Rodrigues (2006).

Além das declarações, decretos e leis consultadas, a cartilha da educação “Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos”, foi de grande contribuição para a construção do presente trabalho.

Algumas informações, que foram coletadas de sites considerados menos confiáveis academicamente, foram comparadas às de outros sites e cartilhas da educação do governo brasileiro para verificação da autenticidade das mesmas. E ainda foram coletadas informações sobre legislação internacional e nacional sobre inclusão e sobre educação.

3.2. PROCEDIMENTOS DO ESTUDO DE CASO: A INTERVENÇÃO

Na instituição de estágio da prática de ensino - disciplina de estágio obrigatório do curso - foram realizadas observações para posterior intervenção, com uma turma que conta com um aluno com necessidades especiais e assim coletados esses relatos e informações das aulas para compor o presente trabalho. O tipo de deficiência é a paraplegia e o aluno locomove-se com auxílio da cadeira de rodas, mas que possui chances de ser revertida por uma cirurgia na lombar e nos pés, aliada a posterior fisioterapia (como conta a professora de Educação Física da escola). A intervenção então foi realizada numa escola da rede municipal de Curitiba, da região da Cidade Industrial, com uma turma de 1º ano do ensino fundamental I.

Além de toda a pesquisa de revisão bibliográfica realizada para o presente trabalho, as diretrizes curriculares para educação municipal de Curitiba (v.3) foram utilizadas para a preparação de um plano de ensino e das aulas, assim como as orientações das professoras da prática de ensino Luciane Paiva, da instituição escolar Martha A. P. Glomb e da professora orientadora de monografia Adriana Inês de Paula.

Foram descritos 7 planos de aula e 7 diários de campo (caderno de campo), correspondentes a 7 dias de aula, do 2º semestre letivo do ano de 2018.

4. REVISÃO TEÓRICA

4.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

No que diz respeito à história da inclusão de pessoas com necessidades especiais, torna-se necessário entender o significado de inclusão, que de acordo com o dicionário Aurélio, refere-se ao ato ou efeito de incluir, que por sua vez significa abranger ou inserir e fazer parte de um grupo. Pensando por essa perspectiva, só se pode incluir alguém que já foi excluído por um determinado grupo. Assim, a inclusão torna-se um movimento de ação mundial, de luta das minorias pelos seus direitos (Dicionário Aurélio de Português Online, 2018).

Alguns antecedentes históricos são encontrados na Bíblia, do período da Antiguidade, que compreende aproximadamente desde 4000 a.C. à 476 d. C., sobre o cego, o manco e o leproso, que os caracterizam como marginais e mendigos. No entanto é difícil encontrar relatos históricos específicos sobre as pessoas com deficiência (ARANHA, 2005).

Deve-se considerar o contexto dos períodos para entender as relações sociais que os compreendiam, e no caso da antiguidade não é diferente. De acordo com Aranha (2005) a Antiguidade foi um período marcado pela *nobreza* como detentora do poder e o *populacho* como aqueles que dependiam dos nobres para sua sobrevivência. Qualquer um que não se encaixasse nesses padrões era totalmente excluído, ou abandonado na crença de que teria sido amaldiçoado pelos deuses, ou ainda servia de “bobo da corte” aos nobres (ARANHA, 2005).

No Oriente Médio, Egito Antigo, houve um período caracterizado como era da piedade, o Novo Reino de 1300-1075 a.C., e neste período, uma obra do escriba Amenemope chamada Instruções de Amenemope, era considerada como normas de condutas para desenvolvimento espiritual e alcance de uma vida de sucesso. As instruções da obra continham conselhos de respeito às classes mais “vulneráveis” como os pobres, idosos e viúvas, bem como anões e deficientes em geral, incriminando ações de abuso de poder e desrespeito para com o próximo (ARANHA, 2005).

No Ocidente, Idade Média (séculos V a XV), com a prevalência do Cristianismo, o *clero* detinha o poder e o conhecimento, com isso, nesse tempo o *povo* servia à *nobreza* e também ao *clero* (ARANHA, 2005).

Ainda neste período (séculos V a XV), a crença cristã de que “todos são iguais aos olhos de Deus”, impedia o extermínio dos considerados deficientes, o que não mudava as ocorrências de abandono ou seu aproveitamento pela corte. Todavia, há relatos de que no decorrer do século XII, a Igreja Católica e a Reforma Protestante marcam importantes momentos históricos, bem como e principalmente o extermínio dos considerados hereges, que iam contra as ideias da Igreja. Os considerados hereges ou possuídos pelo espírito maligno eram torturados até a morte, sendo que entre estes haviam não só pessoas que iam contra as determinações da Igreja, mas também pessoas com deficiência intelectual (mental) (ARANHA, 2005).

Após a Reforma Protestante, esperava-se que as coisas mudassem, mas não foi bem o que aconteceu, a realidade foi que as pessoas com deficiência mental passaram a ser consideradas “seres diabólicos”, usando deste diagnóstico para justificar as punições da época conhecida como “época dos açoites e das algemas” (PESSOTI apud ARANHA, 2005).

Da Antiguidade para a Idade Média mudaram as concepções sobre as pessoas com deficiência ou sobre aqueles que não encaixavam-se nos padrões existentes em cada período. Conforme a Cartilha do Projeto Escola diferencia as duas épocas, na Antiguidade estas pessoas eram consideradas sub-humanas e na Idade Média eram consideradas seres sobrenaturais (ARANHA, 2005).

Já na Idade Moderna, século XVII estudos sobre a deficiência foram encontrados pela alquimia e avanços produzidos pela Medicina renderam importantes pesquisas na área:

Enquanto que a tese da organicidade favoreceu o surgimento de ações de tratamento médico das pessoas com deficiência, a tese do desenvolvimento por meio da estimulação encaminhou-se, embora muito lentamente, para ações de ensino, o que vai se desenvolver definitivamente somente a partir do século XVIII (ARANHA, 2005).

No contexto Brasil do século XVII, era comum o abandono e exclusão de crianças com deficiência. Relatos indicam que essas crianças eram deixadas na rua, em portas de conventos e igrejas, o que sucedia em morte por fome, sede ou frio e ainda, por servir de alimento aos cães de rua (ARANHA, 2005).

4.1.1. PRIMEIRAS INICIATIVAS INTERNACIONAIS - DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS

O Brasil tem um histórico de inspirações na sua cultura da cultura Européia e a educação especial no país não é diferente, se iniciando no século XIX por inspiração nas experiências européia e norte-americana. Mesmo assim, pode-se dizer que a educação especial neste período não era lei e nem estava inclusa nas políticas públicas. Esta, chegou ao país por pessoas (brasileiros) que entendiam a necessidade de atender às características particulares de pessoas com deficiências sensoriais, intelectuais e físicas, que eram cuidadas por religiosas, sendo ações excepcionais aplicadas por simpatizantes da causa, e apenas no século XX há vestígios de leis implementadas (SALTON; MANTOAN, 2012; ARANHA, 2005).

No mundo, A “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” com sua primeira publicação em 26 de agosto de 1789, culminada na Revolução Francesa, definiu os direitos universais do homem e do cidadão e foi base para a elaboração dos direitos humanos universais que surgiu a seguir (ARZABE e GRACIANO).

Assim, dia 10 de Dezembro de 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) legitimou a Declaração Universal dos Direitos Humanos que defende “que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo” (UNIC / Rio / 005, DUDH, 2009). A declaração é base das constituições de diversos países e foi conquistada com muito suor, com os movimentos de militância dos direitos humanos que aconteceram Pós Segunda Guerra Mundial (MOREIRA, 2013; ARANHA, 2005).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, reconhece os direitos iguais para todos, sem distinção e em seu artigo II, defende:

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (DUDH, 2009).

Sendo assim, a Declaração Universal dos Direitos Humanos faz-se uma grande conquista de luta pelos direitos de todo cidadão, sendo inclusos nos

movimentos de militância pelos direitos humanos de grupos raciais e feministas, as lutas pelos direitos à educação gratuita para crianças com deficiência. Hoje as pessoas com necessidades especiais juntamente de seus familiares, na busca pelos seus direitos e espaço na sociedade, têm a Inclusão como movimento de luta e ação mundial de conquista de direitos (MAUERBERG-DECASTRO, 2011).

4.1.2 MARCOS HISTÓRICOS DE INCLUSÃO

No Brasil, as ações específicas e oficiais para pessoas com necessidades especiais tem vestígios em meados de 1960, contudo, antes disso houveram iniciativas que em sequência histórica se destacam algumas ações (ARANHA, 2005; MANTOAN, 2012).

Em 1854 foi criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant) por D. Pedro II, pelo Decreto Imperial n 1.428, de 12/09/1854. Entretanto, a ideia da instituição foi de José Alvarez de Azevedo, primeiro professor cego no país e precursor da inserção do Sistema Braille no Brasil, o qual aprendeu no Real Instituto dos Meninos Cegos de Paris, única instituição especializada no ensino de cegos no mundo naquela época. Atualmente, o instituto é referência nacional em sua especialidade (IBC, 2016; SALTON; ARANHA, 2005; MOREIRA 2013; MANTOAN, 2012).

Em setembro de 1857, foi criado o Instituto dos Surdos Mudos (Atual Instituto Nacional de Educação de Surdos) iniciativa apresentada ao Imperador pelo conde francês Ernest Huet, que era surdo e trouxe ao Brasil a linguagem de sinais francesa, tendo atuado na França como diretor do Instituto dos Surdos-Mudos de Bourges. Hoje, continua dominando a centralidade nas importantes pesquisas e discussões da área (ROCHA; SALTON; ARANHA, 2005; MOREIRA 2013; MANTOAN, 2012).

Os dois institutos, ambos no Rio de Janeiro por supostamente terem sido fundados por “favores” do Imperador às pessoas ligadas a ele, acabaram tornando-se asilos ou locais de pessoas inválidas por um certo tempo até a Proclamação da República, quando suas titulações mudaram e sobreviviam timidamente, mudando seu cenário apenas futuramente (SALTON; ARANHA, 2005).

Em 1903, no Hospício Nacional de Alienados, localizado também no Rio de Janeiro, devido a uma necessidade encontrada de intervir na educação das crianças

que lá viviam, foi inaugurado o Pavilhão-Escola Bourneville. As crianças lá internadas eram consideradas “idiotas e anormais” com diagnósticos psiquiátricos, e em geral não possuíam famílias, sendo registradas pelo Estado e tendo seus custos clínicos pagos pelo mesmo (SALTON; SILVA, 2009).

A iniciativa fez-se importante por ser responsável pela mudança da crença, de que não existia cura ou tratamento para essas crianças, e mudança nas atitudes da população que antes abandonavam e excluíaam estas crianças. Segundo Silva (2009) o Projeto de Nação, defendido pelos ligados a iniciativa deveria incluir a todos, “Tratava-se aqui da construção de um projeto nacional em que as crianças, cera maleável, eram vistas como elementos fundamentais para a constituição, crescimento e prosperidade de nação”.

A partir daí, em 1906, as escolas públicas do Rio, começaram a receber alunos com deficiência intelectual. Importante marco na história da Educação (SALTON; ARANHA, 2005).

Relacionado ao serviço de Higiene e Saúde Pública, em 1911 foi fundada a inspeção médico-escolar que atuava junto ao Serviço de Educação, em São Paulo, e que anos mais tarde, em 1917, estabeleceu normas para a classificação de pessoas anormais, atribuindo a eugenia da raça que significa “bem nascido”, ou seja, a própria determinação e seleção dos melhores indivíduos para continuarem a raça humana, como se uma raça fosse superior a outra, com a tendência de inferioridade do negro (SALTON; ARANHA, 2005; SILVA, 2009).

Estudos a respeito da própria iniciativa do Pavilhão-Escola Bourneville anos antes e sobre sua população por Silva (2009) caracterizam esta ação como racismo puro, encontrando evidências que indicam que haviam mais crianças declaradas brancas do que crianças declaradas negras ou pardas internadas, o que vai ao oposto do movimento Eugenista e Higienista da época.

Em 1912, na Escola Normal de São Paulo (atual Escola Caetano de Campos), foi criado o Laboratório de Pedagogia Experimental ou Gabinete de Psicologia Experimental, onde o objetivo do curso, segundo Pizzoli (1914) seria ter “uma idéia clara da personalidade normal e anormal da criança” e nos estudos dos sentidos e das sensações por exemplo, acreditava-se que falhas no organismo poderiam possivelmente comprometer o cognitivo, classificando assim os órgãos dos sentidos em normais ou irregulares (PIZZOLI apud CENTOFANTI, 2006; ARANHA, 2005).

O ano de 1920 foi marcado como o ano da expansão das instituições de educação especial, considerando instituições de rede privada, haja vista, que as instituições da rede pública atendiam apenas alunos (somente portadores de algum tipo de deficiência intelectual) que, após passar por uma avaliação da educadora sanitária, eram julgados como aptos a estar em sala de aula sem que atrapalhasse os demais.

Por muito tempo, o tipo de escolarização e ensino dedicado a essas crianças e jovens na educação especial, foi de diagnóstico, assistência e tratamento, e não para o real significado do ensino pela construção de conhecimento (SALTON; ARANHA, 2005).

O ensino referente à época comparado ao de hoje, em geral teve grandes evoluções e melhorias, sendo incontestável que o ensino regular da rede pública no Brasil na época não era dos melhores. Não havia ainda um sistema organizado para a educação do país inteiro, contudo, a década de 1920 foi marcada por iniciativas importantes na educação, como por exemplo a Escola Nova que trouxe inovações à maneira de ensinar, com a educação centrada no estudante, com os seus inspiradores Jean-Jacques Rousseau, Johann Heinrich Pestalozzi e Friedrich Fröebel (LUSTOSA JÚNIOR).

Em 1926, sob influência das ideias de Pestalozzi, foi criado o Instituto Pestalozzi de Canoas, no Rio Grande do Sul, com suas ideias difundidas por Helena Antipoff, educadora russa e figura importantíssima na educação dos “excepcionais”. A partir disso, em sua atuação, foram criadas várias sociedades Pestalozzi em outros estados, fazendo o movimento Pestalozziano ganhar mais força em todo o país, principalmente após a criação da Fenasp (Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi) em 1970 (LUSTOSA JÚNIOR; RAFANTE, 2011; ARANHA, 2005; SALTON).

A primeira escola regular a receber um aluno cego foi da cidade de Curitiba, no Paraná, permitido por um parecer apresentado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 1933. Dez anos mais tarde o CNE apresenta um parecer permitindo o ingresso de aluno cego na Faculdade, e o início de mais conquistas que viriam anos depois (ARANHA, 2005; SALTON).

De 1942 a 1949, sucedem a primeira revista em Braille, a criação da Fundação para o Livro do Cego no Brasil e a distribuição de livros em Braille gratuitamente em todo o país (ARANHA, 2005).

Para os deficientes físicos, uma associação especializada surgiu em 1950, criada pelo Doutor Renato da Costa Bonfim, a AACD, Associação de Assistência à Criança Deficiente (*Assistance Association for Disabled Children*), famosa atualmente pelas divulgações de arrecadação pelo Teleton no canal SBT. Além disso, a iniciativa inspirou a criação de classes especiais para deficientes físicos nas escolas regulares, anos mais tarde (AACD; ARANHA, 2005; SALTON).

O ano de 1954 é marcado pelo assomar de duas associações no Rio de Janeiro, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR) (ARANHA, 2005; SALTON; APAE BRASIL).

As APAES estão presentes em cerca de duas mil cidades do Brasil, conhecidas por prestarem serviços de assistência social, de saúde e educação a pessoas com deficiência intelectual e múltipla (APAE BRASIL).

No mundo do trabalho, uma vitória chega em 1955, a chamada reabilitação profissional, recomendação número 99, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que defende a criação de programas de habilitação e reabilitação profissional para pessoas com deficiência (ARANHA, 2005; SALTON).

Depois de várias iniciativas de natureza privada, chega o momento de iniciativas governamentais, marcado pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que inclui em seu capítulo III e título X a “Educação dos Excepcionais”, que teve por objetivo integrar os excepcionais na educação e na comunidade (BRASIL, Lei nº 4.024, 1961).

Uma década mais tarde, o MEC (Ministério da Educação e Cultura) estabelece um grupo para cuidar dos assuntos da educação especial, o CENESP (Centro Nacional de Educação Especial). Atualmente o órgão responsável é o SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) (ARANHA, 2005; MEC/SECADI, 2008).

Paralela a criação do CENESP, em 1972, atletas paraolímpicos brasileiros participam da 4ª Edição dos Jogos Paraolímpicos que ocorre na Alemanha, mas é apenas na edição de 76, no Canadá, que o país conquista medalhas. E dois anos mais tarde, o Brasil sedia no Rio de Janeiro, os jogos Pan-Americanos (cadeirantes) (CPB; PIRES, 2012; COB).

Em 1981 é proclamado o Ano Internacional das Pessoas Deficientes pela ONU (Organização das Nações Unidas), que ainda declara uma década destinada a

estudar e definir os direitos e os deveres das pessoas com deficiência. Assim, a então estabelecida Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, teria por obrigação “planejar, coordenar e fazer executar as ações relativas ao Ano Internacional das Pessoas com Deficiência” (Comissão Nacional Relatório de Atividades Brasil) (ARANHA, 2005, SALTON; LANNA JÚNIOR, 2010).

No ano de 1985 passam a ser usados novos nomes e símbolos para descrever e tratar as pessoas com deficiência, passando de “excepcionais” para “pessoa portadora de deficiência”, determinada pela Lei nº 7.405/85, bem como, um ano depois, pela Portaria CENESP/MEC nº 69, passam a considerados os antes nomeados “alunos excepcionais” como “alunos com necessidades especiais educacionais”. É importante salientar que muito demorou para que as considerações saíssem das nomenclaturas e partissem para as reais ações de inclusão nas escolas (LANNA JÚNIOR, 2010; SALTON; GUIMARÃES; BRASIL, 1985).

Neste mesmo ano a eleição de Tancredo Neves põe fim à ditadura e 21 anos de regime militar, e faz-se necessário desenvolver uma nova Constituição. Sendo assim, em 1988 a nova Constituição Federal Brasileira reúne em seu Capítulo III, “Da Educação, da Cultura e do Desporto”, demandas das pessoas portadoras de deficiência, nas quais, o artigo 205 descreve que “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família”, e o artigo 208 conta com a descrição de que “o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência , preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

Sobre o tema, Mantoan (2011) articula:

Este e outros dispositivos legais referentes à assistência social, saúde da criança, do jovem e do idoso levantam questões muito importantes para a discussão da educação especial brasileira, não apenas com relação à adaptação de edifícios de uso público, quebra de barreiras arquitetônicas de todo tipo, transporte coletivo, salário mínimo obrigatório como benefício mensal às pessoas com deficiência que não possuem meios de prover sua subsistência e outros. Entre essas questões desponta atualmente a inclusão escolar e novamente se questiona aqui a destinação da educação especial.

No setor educacional, em 1994, é estabelecido pelo MEC, Portaria nº 1793, que os cursos de formação de professores de nível superior (as licenciaturas), passem a abranger disciplinas de Educação Especial, considerando a carência em compreender as necessidades especiais dos portadores de deficiência no âmbito educacional (ARANHA, 2005; SALTON; MEC, 1994).

Ainda em 1994, acontece a Conferência Mundial de Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, onde seus delegados em concurso com a UNESCO e, representando 88 governos e 25 organizações internacionais, estabelecem a intitulada “Declaração de Salamanca”. A mesma, contém proclamações, declarações, demandas e orientações que têm como princípio fundamental a escola inclusiva e importantes inovações Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais (ARANHA, 2005; SALTON; DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Os anos seguintes foram marcados por iniciativas, pareceres, decretos e leis, que contemplaram conquistas para as pessoas com necessidades especiais, das quais algumas perduram nos dias atuais e alguns direitos relacionados à Educação e a Educação Física estão dispostos no capítulo Legislação.

4.2 A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

O ponto de partida, por assim dizer, da legislação acerca da educação inclusiva no Brasil, foi marcado pela Constituição Federal de 1988 sobre a Educação Especial, acompanhado pela Portaria do MEC de 1994 e pela Declaração de Salamanca que ratificou o comprometimento com as necessidades especiais educacionais, em concordância ao que foi abordado no capítulo anterior.

Em continuidade, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional publicou a lei nº 9.394/1996, que trata em seu capítulo 5 questões a respeito da Educação Especial, definida em seu artigo 58 como “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. A palavra “preferencialmente” descrita no artigo, está pois segundo a lei, o atendimento dos alunos com necessidades especiais pode ser dado aos que têm condições de serem atendidos no ensino regular, tanto que para os demais o

atendimento especializado deve se dar em escolas, classes e serviços especializados (BRASIL, 1996).

Em 1999, a Educação Especial é definida como “modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino” pelo Decreto nº 3.298, e a integração da pessoa com necessidades especiais na comunidade e no mercado de trabalho fica sob responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (ARANHA, 2005; SALTON).

O ano de 2001, contempla as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (na resolução CNE/CEB nº2/2001) e o Plano Nacional de Educação (PNE) sob a Lei nº 10.172/2001. As Diretrizes, destacam em seu 2º artigo:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001).

Em conformidade, o PNE destaca a responsabilidade da “construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana (PNE, Lei nº 10.172/2001).

Anos mais tarde, em 2008, foi definida a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que é considerado um documento de grande relevância e ressalta a inclusão como um “ponto de chegada”, ou seja, como o caminho que a educação deve seguir. Este documento contém marcos históricos relevantes, um diagnóstico da educação especial pelo Censo Escolar/MEC/INEP, estabelece objetivos e diretrizes. Acerca dos objetivos, de acesso, participação e aprendizagem, estão dispostas garantias no documento:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e

- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.
(MEC/SECADI, 2008)

Nessa perspectiva, atualmente, os documentos base utilizados pelas escolas para construção do Planejamento Político Pedagógico (PPP) e do Planejamento Pedagógico Curricular (PPC), que determinam e indicam os princípios da escola em questão, são geralmente a LDB, as Diretrizes Curriculares Nacionais e futuramente a Base Nacional Curricular.

Pode-se dizer que a escola inclusiva é recente no Brasil, a educação física era tecnicista, com foco no desempenho e não havia espaço para as minorias, porém com o passar dos anos surgiram novas concepções de educação física que romperam com essas visões, como a abordagem desenvolvimentista, a abordagem construtivista interacionista e crítico superadora. E ainda, na área da educação física adaptada, surgem “outras teorias e abordagens” que “incorporam crenças, atitudes e habilidades, com igual importância entre si” (MAUERBERG-DECASTRO, 2011, p. 519).

4.3 INCLUSÃO E AS BOAS PRÁTICAS

Inclusão e boas práticas fazem-se essenciais na educação física, bem como na educação como um todo e para compreender melhor o quanto são essenciais é necessário entender seus significados.

O significado de inclusão, de acordo com o dicionário online de português, do verbo incluir, significa basicamente colocar para dentro aquilo que está fora, e em oposição a isso temos a exclusão, do verbo excluir ou eliminar, dispensar, retirar e até rejeitar. A inclusão mesmo, se trata de acolher o “outro” como parte de uma só comunidade, seja ela escolar ou não (Dicionário Aurélio de Português Online, 2018).

Inclusão essencial se trata de assegurar o acesso e participação sem discriminação a todos os cidadãos de uma dada sociedade. E a inclusão eletiva se trata de assegurar a pessoa, o direito de se relacionar e interagir com grupos sociais que assim queira (RODRIGUES, 2006).

Portanto, trata-se de proporcionar o direito a todos e permitir que estes possam escolher o melhor de acordo com seus interesses, de forma que uma complemente a outra.

Dessa maneira, a inclusão essencial se dá, no direito da matrícula das crianças com necessidades especiais em escolas especiais ou nas escolas regulares e o fato de o aluno ou seus responsáveis poderem optar pela matrícula na escola que quiserem é a inclusão eletiva (RODRIGUES, 2006).

Deve-se ainda, de acordo com Skliar (2006, p. 28), tomar cuidado com uma exclusão disfarçada ou ilusão da inclusão, a chamada “inclusão excludente, que tem a relação de colonialidade que continua exercendo o poder sobre a alteridade, na qual todos os “outros” são forçados a existir ou subsistir”.

Freitas (2006) cita :

Não se trata de responsabilizar pessoalmente os professores pela insuficiência das aprendizagens dos alunos, mas de considerar que muitas evidências vêm revelando que a formação de que dispõem não tem sido suficiente para garantir o desenvolvimento das capacidades imprescindíveis para que crianças e jovens não só conquistem sucesso escolar, mas, principalmente, capacidade pessoal que lhes permita plena participação social num mundo cada vez mais exigente sob todos os aspectos (MEC, 1998, v.1, p. 17).

Sobre a citação do MEC por Freitas (2006) e pensamentos de Skliar (2006) é possível perceber que a inclusão é um processo delicado que se aliado às boas práticas pode ser muito mais acolhedor, mas o que significam boas práticas?

Boas práticas, do termo inglês *best practices*, se caracteriza como uma soma de procedimentos que são comprovadamente eficazes e considerados melhores em determinada área de conhecimento, sendo reconhecidos pelo seu sucesso. Nesse raciocínio, uma boa prática é uma melhor prática num contexto geral (Dicionário infopédia da Língua Portuguesa, 2018).

O Ministério da Educação (MEC), em seu projeto “Melhores Práticas na Rede Federal de Educação” (2010), define que melhores práticas, “consiste em formas identificadas para a execução de determinada ação, processo ou projeto, com vistas à eficiência e eficácia e, conseqüentemente, à excelência em gestão.”

No que diz respeito a boas práticas pedagógicas, não existe um modelo, ou uma metodologia única, pois podem variar muito de acordo com a região, crenças,

cultura e valores, entretanto como afirma Gomes (2016) “é através de boas práticas que a prática educativa e pedagógica será eficiente” e eficaz.

O autor, Gomes (2016), traz a perspectiva de alguns autores, entre eles Lemov (1967) que responde que “o bom é o que funciona” e ainda defende a melhoria contínua para desempenhar a boa prática, buscando sempre melhorá-la. (LEMOV, 1967 apud GOMES, 2016)

Gomes (2016) também ressalta um pensamento de Freire (1986) de que “a educação não é só uma questão de métodos e técnicas, mas também passa pela questão do estabelecimento de uma relação diferente com o conhecimento e com a sociedade.” (FREIRE, 1986 apud GOMES, 2016)

Não se trata de buscar uma receita de boas práticas, mas da busca da melhoria contínua do processo pedagógico, de buscar, estudar, pesquisar e sair da zona de conforto, trata-se de tentativas com princípios e objetivos bem definidos.

Richter e Vaz (2012), sobre boas práticas, mencionam que “Trata-se de um gesto de envolvimento, que implica demora, aproximação, contato, aconchego, mas também distanciamento, estranhamento daquilo que à primeira vista parece tão familiar.”

Sendo assim, o professor e a comunidade escolar, precisam “remar” contra essa maré de questões, e buscar ter uma atitude aberta à mudança. Estudar, descobrir e solucionar, desse modo, Freitas cita Bueno (1998):

Se construirmos uma trajetória de formação de professores que coloque em prática estes princípios, com certeza estaremos contribuindo, dentro do nosso âmbito de ação, para a ampliação efetiva das oportunidades educacionais a toda e qualquer criança, com necessidades educativas especiais ou não. (BUENO apud FREITAS, 2006, p. 175)

É importante entender e visualizar que ninguém é igual ao outro e cada um tem sua própria e única singularidade e não sobre excluir as diferenças. Em concordância ao dito anterior, trago a perspectiva de Carlos Skliar:

Em vez disso, ao falar das diferenças em educação, seria interessante não fazermos nenhuma referência à distinção entre “nós” e “eles”, nem inferirmos relação ou condição da aceitabilidade acerca do outro e dos outros. A diferença sexual, de geração, de corpo, de raça, de gênero, de idade, de língua, de classe social, de etnia, de religiosidade, de

comunidade etc., envolve a todos, a todos nos implica e determina: tudo é diferença, todas são diferenças. E não há, deste modo, alguma coisa que não seja diferença, alguma coisa que possa deixar de ser diferença, alguma coisa que possa ser o contrário, o oposto das diferenças. Seria apropriado dizer que as diferenças podem ser muito mais bem compreendidas como experiências de alteridade, um *estar sendo múltiplo, intraduzível e imprevisível* no mundo (SKLIAR, 2006, pgs 30 e 31).

Nessa ótica, a asserção da educação inclusiva conquista fundamental valor ao proporcionar a real inclusão nas escolas regulares, considerando que “não é no futuro prometido, mas no presente construído no interior das instituições escolares que se jogam os direitos sociais das crianças” (SKLIAR, 2006, p. 155).

A comunidade escolar e principalmente o professor, passa então, a ter de fazer uma redescoberta, uma reinvenção da escola e suas práticas. E é aí que a “inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos [...] que lhes confere oportunidades de ser e viver dignamente” (MANTOAN, 2006, p.198).

A comunidade escolar faz a escola, então cabe a ela, em seu sentido mais amplo, lidar com o tipo de relação que há nas inclusões. Sensibilizar-se e sensibilizar os demais. Menos conceito e mais sensibilidade. O processo de tornar-se professor necessita da sensibilidade.

Sobre sensibilidade, qualquer pessoa que esteja sensível às questões do outro desenvolve uma empatia, que de algum modo, permite compreender o sentimento do outro e imaginar-se nas mesmas circunstâncias.

Em consoante à Freitas, “o acolhimento do professor” e inclusão da comunidade escolar em geral “não pode ser confundido com piedade. Deve ser, ao contrário, um cuidado que se expresse em atitudes” como cita em Tardif (2002): “Ele pode aprender e eu posso fazer algo para isso.” “Todos os alunos precisam ouvir de seus professores: você pode!!!” (FREITAS, 2006, p. 179).

O conhecimento sobre a inclusão, sobre as diferenças é importante até para os pequenos e pode ser discutido com os alunos de forma mais descontraída, com participação de opiniões respostas às dúvidas frequentes, terminologias, bem como apresentando as diferenças de cada um, aproximando a diferença como normalidade.

Na escola todos precisam entender, aceitar e respeitar as particularidades de cada um, suas dificuldades, capacidades, habilidades e necessidades, e este tipo de conversa com os alunos facilita o entendimento, a aceitação e o respeito ao próximo.

Em educação, não se trata de melhor caracterizar o que é diversidade e quem a compõe, mas de melhor compreender como as diferenças nos constituem como humanos, como somos feitos de diferenças. E não para acabar com elas, não para domesticá-las, senão para mantê-las em seu mais inquietante e perturbador mistério (SKLIAR, 2006, p. 31).

Uma vez, uma professora com quem fiz estágio disse que toda a literatura sobre atuação na escola é muito diferente da prática propriamente dita, do estar no ambiente escolar e perceber a singularidade existente, as ações extrínsecas e intrínsecas à determinado ambiente escolar e que, conseqüentemente, o que vai ficar é a experiência que adquirimos. Sobre isso e sobre a formação de professores, Carlos Skliar apresenta, que “se continuarmos a formar professores que possuam somente um discurso racional acerca do outro, *mas sem a experiência que é do/s outro/s*, o panorama continuará obscuro e esses outros seguirão sendo pensados como ‘anormais’” (SKLIAR, 2006, p. 32).

Antes de qualquer coisa, existe a necessidade de olharmos pra dentro de nós, cuidarmos de nós mesmos para que assim possamos depois fazê-lo com o outro. Em concordância a esse pensamento, Skliar orienta o(a) futuro(a) professor(a) “que mude seu próprio corpo, sua própria aprendizagem, sua própria conversação, suas próprias experiências. Que não faça metástase, que faça metamorfose”. E ainda finaliza com um pensamento de Nietzsche (2001) que a educação é “a arte de rebatizarmos e/ou de nos ensinarmos a sentir de outro modo” (SKLIAR, 2006, p. 33).

Mantoan em seu olhar “o direito de ser, sendo diferente, na escola”, fala sobre a criança, citando Arendt (1997), que “a criança é a possibilidade de que esse amanhã seja melhor, desde que não a abandonemos e a excluamos, com tudo que ela nos traz de novo e surpreendente, na originalidade de seu ser e na singularidade imprevista de seu viver” (MANTOAN, 2006, p. 185).

A aula de educação física possui parte do espaço de socialização, bem como seu processo e pode ser facilitadora em termos de inclusão, se bem

estruturada. Quando mal estruturada pode ser exclusiva, fugindo completamente dos objetivos escolares e do próprio ser professor.

Ainda de acordo com Mantoan:

“As condições que dispomos, hoje, para transformar a escola nos autorizam a propor uma escola única e para todos, em que a cooperação substituirá a competição, pois o que se pretende é que as diferenças se articulem e componham e que os talentos de cada um se sobressaiam” (2006, p.198).

A respeito da socialização como de inclusão, Góes defende que (1996, p.21) “é *na e pela* interação social que o homem se constitui enquanto sujeito” (GÓES apud FREITAS, 2006, p. 163).

O princípio fundamental da escola ou ensino inclusivo é que todos os alunos, sempre que possível, devem aprender juntos – independentemente de suas dificuldades ou talentos, deficiências, origem socioeconômica ou cultural em escolas e salas de aula provedoras, nas quais todas as necessidades são satisfeitas (FREITAS, 2006, p. 167).

Aos alunos deve-se transmitir o pensamento de que não podemos nos comparar aos outros, pois sempre, em algum aspecto, nós sairemos em desvantagem. Mas que podemos e devemos, nos comparar a nós mesmos, em busca da melhoria e superação de nossos próprios obstáculos, sempre.

A motivação é um fator extremamente importante para o sucesso dos alunos nas aulas de educação física, podendo ser determinante, Wintertein (1992) destaca que a teoria da motivação parte do pressuposto de que deve existir alguma coisa que desencadeia uma ação, que lhe dá uma direção, que mantém seu curso rumo a um objetivo e a fineza (WINTERTEIN apud FRANCHIN; e BARRETO, 2017?).

Portanto, para alcançar a motivação e valorização dos pontos fortes dos alunos, é preciso olhar para dentro de si e refletir como gostaria de ser motivado, e o que ou o quão bem isso poderia fazer a si mesmo.

Citado por Franchin e Barreto (2017?):

A teoria da motivação para a competência segundo (WEISS & CHAUMETON apud SAMULSKI, 2002), explica o processo de interação entre percepção de competência e controle de uma pessoa, e estado atual de motivação. E elucida também que as pessoas são altamente motivadas

quando se sentem valorizadas e competentes para executar determinadas tarefas, afirmando que os três componentes que influenciam o nível de motivação atual são a auto-estima, a percepção da própria competência e a percepção de controle. Mas o autor ainda destaca que as sensações não influenciam diretamente o nível de motivação, e sim que a influência ocorre através dos estados emocionais produzidos pelas auto-percepções, como por exemplo, da alegria, da satisfação, da felicidade, do orgulho, da vergonha, etc. Portanto, do ponto de vista pedagógico, a motivação significa fornecer um motivo, ou seja, estimular o aluno a ter vontade de aprender.

Certamente, faz-se significativo que as vivências dos alunos proporcionem estados emocionais, que compreendam a alegria, a satisfação, a felicidade e o orgulho, de forma a manter a motivação viva. Contudo, claro que haverá situações em que poderão vivenciar a vergonha ou insatisfação por exemplo, cabendo ao professor, trabalhar com a estimulação extrínseca para que os alunos mantenham a vontade de aprender e superar seus próprios resultados.

Um professor que esteja de acordo com essas questões apresentadas certamente terá boas práticas, ou no mínimo estará no caminho certo para proporciona-las.

Para as aulas de educação física ainda é possível, propiciar aos seus alunos experiências saudáveis, com o reconhecimento dos alunos pelos benefícios da educação física, seja em termos de saúde física ou mental, mas num âmbito de educação integral do aluno.

A formação do professor não se dá apenas no âmbito universitário, sendo uma formação continuada, ou seja, o professor está constantemente e continuamente aprendendo a ser professor, reconhecendo-se e melhorando nas experiências escolares e inter-relações, e ainda em cursos, especializações, leituras e estudos independentes que o mesmo pode fazer, trazendo de volta o pensamento de Nietzsche (2001) de que ser professor é “a arte de rebatizarmos e/ou de nos ensinarmos a sentir de outro modo.”

Como processo contínuo e permanente de desenvolvimento, o que pede do professor disponibilidade para a aprendizagem; da formação que o ensine a aprender; e do sistema escolar no qual ele se insere como profissional, condições para continuar aprendendo (TARDIF apud FREITAS, 2006, p. 169).

A sociedade no geral, busca encontrar respostas para tudo e não entende que existem muitos questionamentos sem uma resposta pronta ou dada por assim dizer.

O ser professor compreende a busca permanente, para estar sempre proporcionando uma melhoria, até porque, ao ser professor de educação física, o professor dificilmente será responsável por apenas uma turma, e existe o fato de que cada turma é diferente uma da outra, com suas características e peculiaridades, bem como problemáticas que precisam ser trabalhadas.

Além das diversas turmas, existem os seres humanos que as compõem, e cada ser humano é singular também, ninguém é igual a ninguém e é exatamente por isso que o professor precisa ter sensibilidade. O professor precisa manter a indagação em busca de fazer a diferença, em dar o seu melhor. O que acontece é uma transição e melhoria nas ações de aprendizagem, que a partir dos questionamentos e da busca pelas respostas advindas destes, suscitarão em algo maior.

4.3.1 PREMISSAS E QUALIDADES DAS BOAS PRÁTICAS

Em questão de políticas educacionais de inclusão, os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) defendem que “o currículo deve ser flexível o suficiente para atender às dificuldades de seus alunos e multiplicar a direção de respostas educacionais adequadas” (PCN apud MAUERBERG-DECASTRO, 2011, pgs. 505 e 506).

Na busca pelo conhecimento ou instruções de um caminho a seguir para caracterizar boas aulas de inclusão, tendo em vista que “incluir é sentir-se pertencido”, foram encontrados alguns “pontos de partida” no livro organizado pela Eliane Mauerberg-deCastro, “Atividade Física Adaptada” e selecionados alguns conteúdos.

Em geral, segundo a autora, existem “regras gerais de conduzir uma aula” que se aplicam ao “professor demonstrar autoridade apropriada, certificar-se do reconhecimento de sua competência”; deve ser claro e objetivo, ético e educado; e as regras devem ser simples (MAUERBERG-DECASTRO, 2005, p. 189).

Além disso, é fundamental, na organização de uma aula de atividade física adaptada, oportunizar uma educação física para todos.

Sendo assim, Mauerberg-deCastro (2005) apresenta duas categorias de métodos de ensino, resumidos por Sherrill (1998): o método regular e o inclusivo. Então como decidir o método? Pelos resultados avaliativos tanto individuais quanto em grupo, e ainda pela orientação do conteúdo, que diz respeito se enfatiza competição (reafirmar-se no grupo), cooperação (pluralidade) ou sucesso individual (comparações de desempenho em diferentes momentos) (MAUERBERG-DECASTRO, 2005, pgs. 259 e 260).

Especificamente sobre os métodos, o método regular ou tradicional, baseia-se num modelo padrão que os alunos precisam alcançar para apresentar um desenvolvimento considerado ótimo. Depende (e é também indicado) do grupo homogêneo e das metas. Já o método inclusivo ou não-tradicional, baseia-se em comparações individuais de antes e depois, reforça a responsabilidade individual e em grupos, bem como divide a liderança, sendo indicado para grupos heterogêneos (MAUERBERG-DECASTRO, 2005, p. 259).

Sendo preciso analisar e avaliar o grupo, há princípios que, segundo Sherrill (1998), guiam a atividade física adaptada, que é o nível de desenvolvimento - nível de compreensão e suas dificuldades; nível psicomotor/físico/fisiológico; nível psicológico e suas dificuldades; nível social e suas dificuldades - a segurança - nas situações ambientais; situações da tarefa - coerência ecológica (e.g., habilidades que as pessoas usam no seu dia-a-dia) – e exigências da vida diária; habilidades básicas; habilidades esportivas; habilidades de lazer - a socialização - em âmbito verbal, âmbito físico e âmbito emocional - e é claro, o prazer (SHERRILL, 1998 apud MAUERBERG-DECASTRO, 2005, p. 266 a 269).

Ainda sobre isso, bem como os diversos métodos de ensino da educação física em geral, estes podem ser utilizados de acordo com os objetivos da aula e ainda conter ambos em uma mesma aula, tudo vai depender de onde o professor quer que seus alunos cheguem.

Mais adiante, Eliane Mauerberg-deCastro e Rosemary Mauerberg-deCastro colocam "caminhos que a escola e o professor devem percorrer para facilitar a inclusão de um aluno com deficiência numa classe regular", onde apontam 4 detalhes a se considerar. O primeiro é o "histórico médico e de desenvolvimento acadêmico". O segundo é estabelecer metas no currículo com adaptações ou

flexibilizações, sem prejudicar os demais. O terceiro ponto "é entender que a estratégia didática deve ter como objetivo a aprendizagem da criança" de forma que a "estratégia pedagógica deve estar a serviço da diversidade, da prática da inclusão social". O quarto e último é obter uma fundamentação pedagógica e científica sobre as condições do aluno com necessidades especiais (MAUERBERG-DECASTRO, 2011, pgs. 517 e 518).

Tudo isso parte da responsabilidade e interesse do professor de busca por capacitação, busca pela prática da inclusão social, busca pela aprendizagem da criança e busca pela satisfação pessoal.

Mauerberg-deCastro:

[...] o professor de educação física [...] enquanto ensina, ele também transmite valores, normas, maneiras de pensar e padrões de comportamento para se viver em sociedade. Além disso, é o mediador da relação e da interação entre alunos, com e sem deficiência (2011, pg.518 e 519).

Assim como salientam Mauerberg-deCastro e Mauerberg-deCastro, "a política de inclusão está centrada nos direitos fundamentais de todo ser humano: a liberdade". E sua prática significa entender que o reconhecimento das diferenças é uma vantagem, que as diferenças "valorizam as pessoas e facilitam a aprendizagem por meio da cooperação". E que, o "orgulho de fazer parte", a cooperação, o esforço coletivo na brincadeira, oportunidades iguais onde "todos os alunos têm responsabilidade como envolvimento educacional", e onde o professor tem compromisso com o outro e o compromisso com o aprender compõem uma prática inclusiva (MAUERBERG-DECASTRO, 2011, pgs. 504 e 505).

5. ESTUDO DE CASO: INTERVENÇÃO NA ESCOLA NA ÓTICA DAS BOAS PRÁTICAS DE INCLUSÃO

A intervenção na escola foi possível pela disciplina da prática de ensino A e B, onde na A, nos foram indicadas escolas com professores de boas práticas e nós poderíamos escolher de acordo com a localidade. Após a escolha da escola, nesse primeiro momento, além do recolhimento de assinaturas e documentos

exigidos pela Secretaria Municipal da Educação e pela Universidade Federal, conhecemos a professora e a escola, bem como, durante todo o primeiro período, ambientamo-nos, criando os primeiros laços com a comunidade escolar e observamos as aulas.

A prática de ensino B, no segundo período do ano, é o momento de intervenção, quando pode-se colocar em prática tudo o que foi aprendido durante o curso e ainda mais, dentro da ótica das boas práticas para a educação física escolar.

No decorrer do primeiro período, vi um desafio e uma oportunidade - quando pude levantar a problemática e escolher a turma - de fazer a diferença na educação física escolar na ótica das boas práticas de inclusão. E assim, no segundo período eu estava prestes a atuar com esse objetivo e mesmo depois de muito estudo, foi difícil ter a segurança de saber que eu estava seguindo o caminho certo.

Com o princípio da educação física para todos, busquei preparar e ministrar aulas que mostrassem as crianças as diversas possibilidades da educação física, sempre valorizando as conquistas individuais e do grupo, bem como, retomando os conhecimentos adquiridos.

Nas orientações, eu buscava explicar de acordo com a linguagem das crianças, de uma forma que todos entendessem claramente, e também buscava suscitar a participação dos mesmos no decorrer da aula, sem discriminação.

Todos participavam igualmente e nos momentos que o aluno inclusão atuava, eu como mediadora, buscava proporcionar a todos a experiência das possibilidades da educação física para todos.

Toda a intervenção foi uma construção coletiva, o aluno contava com os colegas (outros alunos), com o tutor, comigo, com a professora de sala e com o outro estagiário.

Em algumas situações o tutor não mostrou-se pró ativo e precisou ser instruído a realizar determinadas atividades, entretanto após ser motivado passou a ser mais atuante, assim como em outras, foi possível perceber mais livremente a sua maior atuação.

Sempre procurando ser bem clara nas orientações e instruções, nas aulas não houveram grandes problemas com relação ao comportamento dos alunos sobre inclusão.

Da mesma forma, busquei mostrar as possibilidades da prática inclusiva, com a transmissão de valores como respeito, solidariedade, cooperação e inclusive, o entendimento sobre as diferenças como normalidade (normal é ser diferente) e sobre cada um ser um ser humano único, essencial e especial.

Nos itens 5.1 Planejamentos e 5.2 Caderno de Campo, descrevo respectivamente, os desenvolvimentos metodológicos e o relatório de como sucedeu, cada uma das 7 aulas.

Além das 7 intervenções descritas no presente trabalho, foi realizado um encerramento com a turma, onde a proposta foi que identificassem a aula que mais gostaram em forma de desenho, bem como identificassem os elementos da aula.

Nesse encerramento, as crianças receberam meia folha de papel sulfite e depois, com os desenhos prontos, as folhas foram coladas em um papel pardo grande para serem apresentadas em um mural.

Foram lembradas as aulas para que pudessem desenhar e no final, foi possível perceber nos desenhos que alguns alunos desenharam além de si mesmos, os seus colegas e a professora (eu).

A turma aceitou bem a proposta e os desenhos foram bem variados, mas o mais interessante foi que três alunos identificaram o aluno de inclusão em seus desenhos. O que podemos concluir com isso é que a turma identifica o aluno como parte do grupo, sem que haja discriminação.

Foi um momento de confraternização, de avaliação e de carinho por todos que estiveram presentes durante a intervenção, e foi perceptível que as crianças também sentiram isso.

Posso dizer que ser professora(o) e prezar pela educação física de boas práticas para todos é uma construção contínua, e que existem alguns obstáculos, mas quando há a disposição e a dedicação do(a) professor(a), os obstáculos vão parecendo cada vez menores aos seus próprios olhos, e o sorriso e o brilho nos olhos de cada um dos alunos é o que faz a diferença e nos faz sentir que estamos no caminho certo.

5.1 PLANEJAMENTOS

Plano de aula 1

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Disciplina: Educação Física
Professora: Bárbara Santos de Lima
Série/Ano: 1 Turma: A
Data: 13/08/2018

UNIDADE DIDÁTICA E/OU TEMÁTICA: Lutas

OBJETIVO GERAL: Buscar e proporcionar nas aulas, as possibilidades que de uma Educação Física inclusiva e as transformações que esta poderá viabilizar para a melhoria da socialização.

Um esforço para caracterizar boas práticas de inclusão.

OBJETIVO ESPECÍFICO DA AULA: Identificar as diferenças e compreendê-las como normais. SER DIFERENTE É NATURAL.

Contornar o colega, identificando as partes do corpo de acordo com a realidade.

Desenhar suas brincadeiras preferidas, identificando seus diferentes gostos.

Compreende o outro, a si, suas semelhanças e diferenças entre si.

DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO:

Desenhando corpos no chão

Em duplas, um dos alunos ficará deitado no chão, em decúbito dorsal com os braços e pernas afastados e o outro será o desenhista, usando o giz para contornar o corpo do seu colega. Após o término do contorno, o aluno que estava como desenhista, ficará deitado no chão para ser contornado e o seu colega assumirá a função de desenhista.

Num segundo momento, os alunos deverão desenhar as características uns dos outros como cabelo, olhos, nariz, boca, orelha, roupas e etc.

Por fim, poderão desenhar os próprios brinquedos ou brincadeiras de que mais gostam de brincar.

Antes do final da aula, uma roda de conversa com os alunos para pensarem sobre o aprendizado do dia é interessante.

AVALIAÇÃO: O aluno consegue contornar o corpo do colega, desenhando e identificando suas características?

Identifica as partes do corpo no desenho?

Compreende as características do colega e suas próprias de acordo com a realidade?

Materiais: Giz

OBSERVAÇÕES:

Dois dos alunos mais agitados na turma, contornaram seus colegas de forma desproporcional.

Um outro aluno não quis fazer a aula de jeito nenhum, estava muito agitado, chorando e esperneando no chão, com a intervenção da professora Martha, a

situação melhorou um pouco, mas ela não participou da aula, ficando com ela no restante do tempo.

Plano de aula 2

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Disciplina: Educação Física

Professora: Bárbara

Série/Ano: 1 Turma: A

Data: 27/08/2018

UNIDADE DIDÁTICA E/OU TEMÁTICA: Lutas

OBJETIVO GERAL: Buscar e proporcionar nas aulas, as possibilidades que de uma Educação Física inclusiva e as transformações que esta poderá viabilizar para a melhoria da socialização.

Um esforço para caracterizar boas práticas de inclusão.

OBJETIVO ESPECÍFICO DA AULA:

Identificar partes da história contada no jogo de conquista de objetos

Mostrar a questão da família, da luta e conquistas que devem ser levadas para a vida, que independente das dificuldades a superação vem de si mesmos.

Realizar o jogo de conquista de objetos com seus colegas, sem se machucarem propositalmente e percebendo a força que exercem durante o jogo.

Proporcionar a vivência com movimentos básicos da luta.

DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO:

Em uma roda, contar uma história de conquista, como uma fábula por exemplo, trazendo a ludicidade para dentro do tema.

Jogo de conquista de objetos: conquistando a bola - ou o ovo de ouro.

Em tatames espalhados pelo chão, separar os alunos em grupos mistos de 4 alunos e depois distribuir uma bola para cada grupo de alunos.

Os alunos de cada grupo, deverão jogar no esquema todos contra todos, oportunizando mais chances de vitória para cada um.

Um dos alunos deverá segurar a bola, com ambas as mãos, de um jeito que considere mais difícil do seu oponente tirar a bola dele. Sugestão: deitar e decúbito ventral em cima da bola.

O objetivo do jogo é conquistar a bola que do seu colega, capturando-a em até 15 segundos.

Antes do final da aula formar uma roda de conversa que englobem discussões a respeito da segurança da atividade, da aprovação da atividade pelos alunos, da contextualização, das vitórias dos grupos, da percepção corporal e forças exercidas na atividade.

AVALIAÇÃO: Os alunos identificam as particularidades da história e associam ao jogo? Conseguem perceber o corpo e as características de força que precisam exercer para conquista dos objetos?

São capazes de respeitar o outro e sem prejudica-lo, conquistar o objeto?

Materiais: Bolas e tatames

OBSERVAÇÕES:

A aula correu bem, melhor do que o esperado. Todos foram bem participativos e não houveram grandes desentendimentos.

Plano de aula 3

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Educação Física

Professor(a): Bárbara

Série/Ano: 1 Turma: A

Data: 03/09/2018

UNIDADE DIDÁTICA E/OU TEMÁTICA: Lutas

OBJETIVO GERAL: Buscar e proporcionar nas aulas, as possibilidades que de uma Educação Física inclusiva e as transformações que esta poderá viabilizar para a melhoria da socialização.

Um esforço para caracterizar boas práticas de inclusão

OBJETIVO ESPECÍFICO DA AULA:

Proporcionar o conhecimento da pipa e da breve história da mesma, como ela era usada nas guerras para mandar mensagens aos seus aliados ou assustar os seus adversários.

Trazar para o contexto atual com o “soltar pipa por hobby”, sobre os festivais e principalmente sobre os campeonatos, no contexto de jogos de oposição. Ao mesmo tempo, deixar claro que o intuito não é que elas joguem competindo entre si, e sim que tenham essa vivência do jogo de soltar pipa.

Ofertar aos alunos uma aula de confecção de parte da pipa (rabiola).

Inspirar o trabalho em grupo na construção do material.

Experimentar o soltar pipa.

DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO:

Contar aos alunos uma breve história de como as pipas surgiram, trazendo para os dias atuais e com que fins ela é usada hoje (hobby, festivais e campeonatos)

Mostrar a eles uma pipa pronta de base, para visualizarem a pipa por completo e explicar a atividade de confecção.

Com os alunos separados em grupos mistos de 4 ou 3 alunos em locais separados na sala de aula para dar mais espaço os grupos.

Com uma linha de pipa, de pouco mais de 1 metro e meio, amarrada nas carteiras para cada grupo, distribuir as rabiolas e demonstrar falando como fazer o nó da linha na rabiola para confecção das mesmas.

Terminadas as rabiolas, com a ajuda do professor, amarrá-las em 8 pipas aproximadamente, uma para cada grupo.

E após isso, levar a turma até o pátio para vivenciar a prática de soltar a pipa com a rabiola confeccionada por eles.

AValiação: Os alunos são capazes de confeccionar as rabiolas em grupo, com ambos ajudando?

Conseguem dar o nó, adquirindo e melhorando as habilidades motoras finas?

Conseguem soltar a pipa, ou fazê-la “voar” por um período de tempo?

Materiais: linha de pipa e rabiolas.

OBSERVAÇÕES:

Neste dia, devido a chuva, os alunos não puderam soltar a pipa.

Além disso, a confecção dos materiais levou mais tempo do que o esperado, tomando todo o tempo de uma aula.

A professora Martha entrevistou nesta atividade, separando alguns alunos mais agitados em um mesmo grupo. Este trio de alunos não conseguiu conciliar suas diferenças e trabalhar em grupo na confecção do material.

Foram poucos os alunos que conseguiam dar o nó, sem ajuda dos professores.

Plano de aula 4

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Disciplina: Educação Física

Professor(a): Bárbara

Série/Ano: 1 Turma: A

Data: 10/09/2018

UNIDADE DIDÁTICA E/OU TEMÁTICA: Lutas

OBJETIVO GERAL: Buscar e proporcionar nas aulas, as possibilidades que de uma Educação Física inclusiva e as transformações que esta poderá viabilizar para a melhoria da socialização.

Um esforço para caracterizar boas práticas de inclusão

OBJETIVO ESPECÍFICO DA AULA:

Induzir o trabalho em grupo.

Proporcionar as vivências com o soltar pipa.

Percepção das ações externas (vento) e ações próprias do movimento do braço, de aparar a pipa contra o vento.

DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO:

Como continuação da aula anterior -

Terminar com os alunos de amarrar as linhas para soltar as pipas

Levá-los a um pátio aberto onde possam soltar as pipas, livres de fios de luz, informando sobre os perigos de se soltar pipa próximos aos fios de luz.

Separá-los em grupos mistos de 4, com ajudas em duplas (dois tentam soltar a pipa, enquanto dois esperam e depois troca com o sinal da professora).

No início, separar os grupos afastados uns dos outros para não correr o risco de enroscar uma pipa na outra, e contra o vento.

Dependendo do andamento da atividade, deixá-los mais livres experimentando novos movimentos.

Ao final da aula, formar uma roda de conversa para refletir sobre o aprendizado, sobre a atividade, sobre a organização dos grupos e sobre as ações que interferem no soltar pipa.

AVALIAÇÃO:

Os alunos melhoraram a organização em grupo para a realização de uma nova atividade?

Os alunos conseguem soltar a pipa ou fazê-la “voar” por um período de tempo?

Os alunos entendem e identificam as ações externas e internas que interferem no sucesso da atividade?

Materiais: Pipas

OBSERVAÇÕES: Fomos para o pátio e resolvi separá-los em duplas ao invés de grupos de 4 alunos, pois a organização ficaria melhor.

Começou a garoar e tivemos que ir para a quadra coberta. Foi possível soltar a pipa tranquilamente.

O tutor do aluno de inclusão precisou ser motivado a ajudar o aluno.

Algumas pipas enroscaram ou rasgaram, mas “no mais” os alunos conseguiram aproveitar e vivenciar a prática, bem como alcançar os objetivos da aula.

Não houve tempo para realizar a roda de conversa ao final da aula, deixando para retomar um pouco do assunto na aula seguinte.

Plano de aula 5

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Educação Física

Professor(a): Bárbara

Série/Ano: 1 Turma: A

Data: 24/09/2018

UNIDADE DIDÁTICA E/OU TEMÁTICA: Dança

OBJETIVO GERAL: Buscar e proporcionar nas aulas, as possibilidades que de uma Educação Física inclusiva e as transformações que esta poderá viabilizar para a melhoria da socialização.

Um esforço para caracterizar boas práticas de inclusão

OBJETIVO ESPECÍFICO DA AULA:

Proporcionar a quebra de paradigmas e questões de gênero.

Proporcionar o conhecimento do próprio corpo e identificação de suas partes.

Aprimorar a coordenação motora por meio das atividades rítmicas que identificam partes do corpo.

Incentivar a criatividade dos alunos e participação na prática.

Apresentar as cantigas de roda (músicas do universo infantil), cantoria e movimentação (dança).

DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO:

Em uma roda de conversa explicar as atividades que serão repassadas no dia, de identificação das partes do corpo com atividades rítmicas expressivas, ex: “Todo movimento”, “Cabeça, ombro, joelho e pé”. E as cantigas de roda, para a segunda parte da aula, com cantoria e dança em roda, ex: “o sapo não lava o pé”, “o cravo e a rosa”, “samba lelê”

Todo movimento

(bate o pé direito, o esquerdo e palmas, durante toda a música, 4x antes de cada frase em mudo)

Todo movimento, baila, baila, baila

Com um dedo, o dedo, e o outro dedo

(mostra os membros a frente)

Todo movimento, baila, baila, baila

Com um dedo, o dedo, e o outro dedo

Com uma mão, a mão, e a outra mão

(mostra os membros a frente)

Assim vai acrescentando, os braços, os cotos (cotovelos), os ombros, os pés, os joelhos, as pernas, as coxas, a bunda, a barriga e a cabeça....

Cabeça, ombro, joelho e pé.

Cabeça, ombro, joelho e pé

Joelho e pé

Cabeça, ombro, joelho e pé

Joelho e pé

Olhos, ouvidos, boca e nariz

Cabeça, ombro, joelho e pé

Joelho e pé

Hum, ombro, joelho e pé

Joelho e pé

Hum, ombro, joelho e pé

Joelho e pé

Olhos, ouvidos, boca e nariz
Hum, ombro, joelho e pé
Joelho e pé

Hum, hum, joelho e pé
Joelho e pé
Hum, hum, joelho e pé
Joelho e pé

Olhos, ouvidos, boca e nariz
Hum, hum, joelho e pé
Joelho e pé

Hum, hum, hum e pé
pé
Hum, hum, hum e pé
pé

Olhos, ouvidos, boca e nariz
Hum, hum, hum e pé
Joelho e pé

AVALIAÇÃO: Os alunos são capazes de identificar as partes do corpo correspondente? e em velocidade?

Os alunos identificam as músicas das cantigas de roda e tentam movimentar-se de acordo com a letra?

Materiais: caixinha de som e pen drive.

OBSERVAÇÕES: A maioria dos alunos participou ativamente da aula.

Uma aluna não realizou os movimentos de identificação junto com a música e outros dois tiveram um atraso na identificação com relação aos outros.

Plano de aula 6

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Educação Física

Professor(a): Bárbara

Série/Ano: 1 Turma: A

Data: 01/10/2018

UNIDADE DIDÁTICA E/OU TEMÁTICA: Dança

OBJETIVO GERAL: Buscar e proporcionar nas aulas, as possibilidades que de uma Educação Física inclusiva e as transformações que esta poderá viabilizar para a melhoria da socialização.

Um esforço para caracterizar boas práticas de inclusão

OBJETIVO ESPECÍFICO DA AULA:

Viabilizar a inclusão, com músicas deste teor sobre as diferenças.

Proporcionar a vivência e interação entre os alunos por meio dos movimentos livres na primeira parte da aula.

Propiciar o desafio da composição coreográfica com músicas trabalhadas na aula anterior.

DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO:

Em uma roda de conversa explicar as atividades a serem trabalhadas. A primeira parte com as músicas e movimentos livres e criativo, e a segunda parte da aula, sendo decidido pelos alunos qual a melhor música para compor a coreografia.

No momento da composição os alunos deverão sugerir os passos de dança para cada parte da música que escolheram. Uma parte de cada vez, oportunizando a participação de todos.

AVALIAÇÃO: Os alunos compreendem a questão das diferenças e que todos são importantes?

Os alunos são criativos a realizar os movimentos?

Conseguem criar passos de dança? Os passos de dança estão de acordo com a música?

Entendem que o desafio da composição coreográfica é possível e são capazes?

Materiais: caixinha de som e pen drive ou celular com músicas.

OBSERVAÇÕES:

Os alunos conseguiram realizar o desafio, com bastante criatividade e no geral participaram ativamente da atividade.

O aluno de inclusão preferiu ficar no chão ao invés de ficar na cadeira de rodas e realizar a dança com ajuda. No chão ele ficaria mais livre para realizar os movimentos e assim preferiu.

Plano de aula 7

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Educação Física

Professor(a): Bárbara

Série/Ano: 1 Turma: A

Data: 15/10/2018

UNIDADE DIDÁTICA E/OU TEMÁTICA: Dança

OBJETIVO GERAL: Buscar e proporcionar nas aulas, as possibilidades que de uma Educação Física inclusiva e as transformações que esta poderá viabilizar para a melhoria da socialização.

Um esforço para caracterizar boas práticas de inclusão

OBJETIVO ESPECÍFICO DA AULA:

Proporcionar a experiência da dança em forma de expressão corporal e coreográfica.

Propiciar o conhecimento sobre si, as possibilidades de movimentos do seu corpo e do outro.

Experimentar a dança sob a perspectiva do outro e sob a sua própria perspectiva.

Promover o relaxamento, com reflexão sobre o corpo, atenção a respiração e sensações.

Reduzir a ansiedade e níveis de stress da turma em geral.

DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO:

A aula será dividida em duas partes. A primeira parte da aula será de expressão coreográfica, com uma música animada e coreografia pré-preparada pela professora.

Para a inclusão propriamente dita, uma parte da coreografia será realizada sentada e sem excluir as possibilidades, a segunda parte será em pé. Abrangendo assim, a todos os alunos e de forma que entendam a dança sob a perspectiva do outro e a sua própria.

Será uma música de três minutos no total, mas com repetição de alguns passos para que seja de mais fácil aprendizado.

A segunda parte da aula, será a meditação, com os alunos deitados no chão da sala, de olhos fechados e com atenção a respiração e consciência corporal no primeiro momento. Depois com eliminação dos sentimentos ruins e permanência dos sentimentos bons que estão sentindo. E reflexão sobre a aula e suas atitudes, objetivando permanecer a alegria e o respeito.

AVALIAÇÃO: Os alunos participam da aula e mantém o interesse?

Conseguem realizar os passos de dança de acordo com suas próprias limitações?

Após uma aula agitada conseguem relaxar com a meditação guiada?

É possível perceber uma diferença de ânimos/agitação após a meditação, comparado à aula anteriores?

Materiais: caixinha de som e pen drive com músicas.

OBSERVAÇÕES: Alguns alunos mais agitados tiveram dificuldades em manter a atenção, mas no geral participaram da atividade cumprindo o objetivo.

Muitos alunos faltaram nesse dia, a turma estava com poucas crianças.

A aula superou as expectativas.

5.2. CADERNO DE CAMPO

13 de agosto de 2018 (aula 1)

Neste dia acordei muito nervosa e ansiosa para a minha primeira aula, mas tentei não pensar muito nisso.

Um dia frio, porém tolerável para as aulas em quadra, me fazia imaginar o decorrer da aula durante meu trajeto casa para a escola.

Chegando lá dei bom dia para quem encontrei na escola, em especial para duas professoras de Educação Física, Sirian e Martha. Verifiquei se os materiais estavam ok e aguardei a professora Martha.

Devido ao frio as crianças encontravam-se enfileiradas no pátio interno e assim fomos aos seus encontros. A fila do 1 ano A é sempre a primeira perto de sua sala. Demos bom dia às crianças da turma e dessa vez, quem puxou a turma fui eu.

Na sala, pedi para que todos sentassem em seus respectivos lugares e se ajeitassem, pegassem a agenda e colocassem na mesa, aguardei até que todos retornassem às suas carteiras para me apresentar e falar sobre os nossos combinados.

Comecei perguntando se lembravam de mim do período anterior e a maioria respondeu que sim. Falei meu nome novamente para que se lembrassem, sobre eu estar dando aula pra eles nas próximas segundas-feiras e que eu esperava que todos nos divertíssemos muito. Comentei também sobre a questão da atenção, que quando eu for falar eu preciso que todos estejam prestando atenção e por último perguntei “combinado?”.

Chamei todos pra fila “devagar”, e no caminho, a professora Martha indicou que eu os levasse ao banheiro antes de irmos pra quadra e assim fizemos.

Enquanto estávamos no banheiro, a professora Martha pegou os materiais que usaríamos na aula, giz de várias cores. E após fomos para quadra.

Na quadra, pedi que sentassem todos na linha branca para que eu pudesse explicar a atividade. Ao sentarem, esperei estarem atentos, falei que nossa atividade seria com giz e perguntei se tinham ideia do que faríamos. Alguns responderam “desenho” e “desenho no chão/quadra”. Assenti e para explicar perguntei se alguém gostaria de ser voluntário na explicação; escolhi o primeiro a levantar a mão e pedi que deitasse no chão; enquanto fazia o contorno de seu corpo ia explicando a

atividade que fariam em duplas; a atividade era de reconhecimento e descobrimento do corpo e todas suas partes, onde deveriam primeiro fazer o contorno do coleguinha e o coleguinha do seu corpo, segundo completar o corpo com os detalhes (olhos, boca, cabelo, nariz, roupa, etc) depois solicitei que formassem duplas, ou seja, que escolhessem um amigo para fazer a atividade. Com as duplas prontas, indiquei que passassem pegar o giz; entreguei um para cada criança e escolheram um local para começar a atividade.

A maioria das crianças aceitou bem a atividade, apenas um aluno, que estava tendo sua primeira aula de educação física depois das férias, não quis fazer dupla com ninguém e se negava a fazer a atividade, chorando sem parar. A professora Martha me ajudou no caso dessa criança.

Fui passando de dupla em dupla para ver se tinham entendido bem e se todos estavam fazendo as atividades, se conseguiam fazer o contorno do corpo do coleguinha é identificar as partes do corpo também. Algumas duplas fizeram seus desenhos rapidamente, passando para a segunda fase, a de desenhar os detalhes de cada um e posteriormente para a terceira fase, a de desenhar os brinquedos ou brincadeiras de que mais gostavam. Outras duplas demoraram um pouco para chegar a segunda fase, não alcançando a terceira.

Foi possível perceber que alguns alunos tiveram dificuldades em desenhar o contorno dos corpos dos colegas. O aluno A desenhou (o contorno) dois riscos no chão e algo em suas pontas que poderiam indicar mãos ou pés. Outro aluno B desenhou o contorno do corpo do colega em proporções muito maiores e de difícil identificação das partes do corpo.

Entre um tempo e outro, passava nas duplas trocando cores de giz e verificando os desenhos e formas.

Dado um certo tempo de aula, já que precisaríamos passar limpá-los com um pano úmido, chamei para que entregassem os giz e sentassem na roda (com representação na linha da quadra). Esperei e solicitei a atenção deles “eu digo um (palma), eu digo dois (palma), eu digo um (palma), dois (palma), três (palma)! Perguntei se alguém sabia dizer o que fizemos com respostas de desenho do corpo e das brincadeiras, se os desenhos tinham ficado iguais com respostas de que não, perguntei também por que os desenhos tinham ficado diferentes com a resposta de que todos somos diferentes, acrescentei dizendo que somos diferentes e ser diferente é normal, bem como gostar de brincadeiras diferentes é normal também,

pois cada um gosta de uma coisa e tudo bem. Falei também sobre sermos únicos e especiais do jeito que somos.

Percebi que com os pequenos não há como falar muito, pois eles perdem a atenção rapidamente.

Depois disso, agradei pela participação de todos e fomos para o banheiro limpá-los das marcas de giz que ficaram nas roupas. Em certo momento, os meninos mais que as meninas, começaram a fazer bagunça, sendo chamada a atenção deles por mim e pela professora Martha, fiz com que alguns permanecessem sentados enquanto limpava os outros, bem como a professora Martha me ajudou a limpá-los.

Quando terminei, chamei eles para a fila e os meninos continuaram de bagunça e “empurra empurra”. Sendo necessário, chamei a atenção deles com um tom de voz mais forte “indicando que estava brava”, disse que não estava gostando do que estavam fazendo e todos pararam e fizeram silêncio... assim fomos para a sala, eles sentaram em seus lugares e nos despedimos da turma.

27 de agosto de 2018 (aula 2)

Foi o segundo dia de estágio pra mim, devido o ocorrido na semana anterior com minha mãe, e eu parecia me sentir muito mais ansiosa, e nervosa do que no primeiro dia, dormindo muito mal à noite.

Estava muito frio no dia, mas isso não interferiu no desenvolvimento da minha aula, já que havia reservado a sala 10, tatames e bolas para minha proposta de aula. Além disso, o sol foi esquentando a manhã com o decorrer do tempo.

Nesse dia, acho que por estar mais ansiosa, eu saí de casa mais cedo e acabei chegando mais cedo, às 07:45. Quando eu cheguei, ainda não havia chegado ninguém da educação física e a escola estava um pouco vazia também. Todos chegam às 8 horas, que é o horário de início das aulas mesmo.

A professora Siriã chegou, nos cumprimentamos e ela abriu a salinha para eu deixar meus pertences. O sinal bateu, as crianças estavam do lado de fora, na quadra, nas suas respectivas filas e a professora Martha ainda não tinha chego.

Sem saber se ela viria ou não, fui até a fila do 1º ano A para buscar os alunos para os quais eu daria aula. Assim, já na fila, dei bom dia às crianças e às inspetoras que questionavam-se se a Martha viria ou não.

Na hora de puxar a fila, falei pra inspetora que eu poderia puxá-los, já que eu era a estagiária da Martha e daria a aula para a turma, mas a inspetora não deixou. Ela ainda disse que eu não conhecia a turma e o quanto eles eram agitados, e enquanto ela puxava a turma, expliquei quem eu era e desde quando eu estava na escola acompanhando a turma e estagiando, mas já havia entendido o fato de que, mesmo que eu estivesse ali eu precisava de uma pessoa supervisora e responsável pela aula.

No caminho para a sala, comentei com a pedagoga e ela disse que ia ver se encontrava alguém para ficar como responsável e assim eu e o Benê poderíamos dar as aulas planejadas, mas logo a professora Martha chegou e nos encontrou no caminho para a sala.

Na sala, solicitei que sentassem em seus lugares, dei bom dia novamente à todos e pedi que deixassem suas agendas na mesa, conforme a rotina da escola.

Chamei eles para a fila e fomos para a sala 10. Lá pedi que sentassem próximos à parede da sala e aguardassem para que eu arrumasse os materiais.

Arrumei sete pares de tatames espalhados pela sala e deixei sete bolas separadas. A professora Martha e o estagiário Benê, me ajudaram a arrumar os pares de tatames na sala, para agilizar o processo. Terminando isso, pedi que fizessem uma roda e chegassem mais próximos a mim, pois eu iria lhes contar uma história antes da atividade.

Comecei a com um Era uma vez, e contei-lhes a história de uma menina, que foi criada pelo pai, numa floresta encantada e se tornou uma guerreira, ganhando uma competição proposta pelo rei do Reino quando conseguiu encontrar e conquistar o ovo de ouro, salvando sua família da falência e vivendo felizes para sempre.

Eles adoraram a história, que tinha por intenção mostrar-lhes que os menos favorecidos, tem chances de se tornarem grandes, se estiverem determinados a conquistar o que querem.

Expliquei atividade, onde separaria-os em grupos mistos de 4 ou 5 alunos para cada par de tatames, para cada tatame um ovo de ouro (bola), e fariam assim, uma atividade de conquista de objetos, num esquema de todos contra todos.

Quando já estavam em seus grupos, pedi a um aluno que me ajudasse na explicação da atividade, ele aceitou, e pedi que ele segurasse a bola de um jeito que fosse mais difícil para eu pegar a bola dele. Ele segurou a bola junto ao corpo e a

frente, e deitou no chão em cima da bola. E aí mostrei a eles como eu tentaria capturar. Falei das medidas de segurança, para tomarem cuidado pra não machucar o colega e do tempo para cada dupla, de 15 segundos com tentativas de conquistar a bola do colega.

Essa atividade foi planejada, pensando no aluno de inclusão, que tem sua força voltada para a região superior do corpo, praticando a inclusão e de forma que todos aprendessem com a fábula contada.

No decorrer da atividade eu perguntava no geral e também de grupo em grupo, para saber como a atividade estava sendo pra eles, quem estava ganhando e tudo mais.

Antes da aula acabar, recolhi as bolas e pedi que sentassem em círculo para fazermos uma roda de conversa. Na roda perguntei se eles tinham gostado da aula e destaquei o que tinham aprendido, quem tinha ganhado e já respondi que achava que todos tiveram a chance de ganhar em algum momento da brincadeira, e o que eles precisavam pra ganhar, sendo respondido “força, coragem e acreditar que iriam conseguir”.

No decorrer da aula, eles ficaram animados e agitados, mas mesmo assim, na aula correu tudo bem.

Depois disso nos levantamos, arrumamos os tatames e chamei-os na fila para irmos para o banheiro. Apenas no banheiro, as crianças bagunçaram um pouco, mas logo chamei atenção de todos para irmos a sala de aula, e na sala me despedi dos alunos.

03 de setembro de 2018 (aula 3)

O dia amanheceu bem chuvoso e frio, o que poderia prejudicar meu planejamento, mas ao mesmo tempo eu estava mais tranquila com relação a ansiedade e nervosismo. A aula planejada era de confecção de pipa, ou melhor, de uma parte da pipa, a rabiola, pensando que para eles poderia ser difícil confeccionar toda a pipa, por serem pequenos, além de que poderia ocupar várias aulas. Por causa da chuva, acabei chegando na escola exatamente na hora que bateu o sinal, mas preferia ter chego minutos antes. Chegando na escola às 8h, encontrei a professora, e eu já com as pipas em mãos , fui até a fila da turma do 1o ano A, "puxei" a turma para a sala de aula, pedi para que sentassem em seus lugares e

colocarem as agendas na mesa. Depois que eles sentaram em seus lugares, dei bom dia a todos, expliquei que faríamos a aula em sala por causa da chuva e do frio e também porque nesse dia a aula era sobre pipas. Trazendo para o contexto das lutas e jogos de oposição, contei um pouco sobre como surgiu a pipa, nas guerras usadas para mandar mensagens, passando para o momento atual onde as pessoas soltam pipa por lazer ou participam de festivais, que incentivam a criatividade na confecção das pipas e etc, ou dos campeonatos de pipa, onde há a competição mesmo, com os cortes e conquista de novas pipas. Falei que em aula, nós não iríamos competir "cortando" a pipa do colega, pois essa não era a intenção, e sim proporcionar a vivência do soltar pipa. Perguntei pra eles quem conhecia a pipa ou já tinham soltado pipa e na resposta, a grande maioria dos meninos pelo menos já tinham visto uma pipa, já as meninas a maioria não tinha nem visto ou tiveram contato.

Levei uma pipa pronta para mostrar pra eles e as outras sem a rabiola, que é a parte que faríamos na aula... e também falei que existem pipas de outros jeitos e desenhos e depende da criatividade de quem as faz mesmo. A intenção dessa aula era que eles fizessem a rabiola de algumas pipas, nós amarrássemos e fossemos lá no pátio aberto para soltá-las e todos experimentarem um pouco, e, ao final da manhã, eles poderiam levar as pipas para casa. Depois separei eles em grupos de 4 crianças, tentando deixar o máximo de grupos mistos, porém como na turma tem mais meninos do que meninas, alguns grupos foram formados só por meninos. Aí a professora Martha separou os três alunos mais "bagunceiros" no mesmo grupo. Eu teria colocado eles separados um em cada grupo, mas ela disse que assim seria melhor, pois ela poderia ficar de olho nos três ao mesmo tempo. Amarramos pedaços de linha nas carteiras, pegamos uma linha de exemplo e os pedaços de sacola (rabiola) para mostrar como eles deveriam fazer os nós, explicando que todos deviam ajudar nesse momento. Distribuimos os pedaços de rabiola para cada grupo e fomos passando de grupo em grupo ajudando na confecção da rabiola e ensinando principalmente a dar os nós. Eles mostraram bastante dificuldade nessa parte motora, precisando de ajuda para fazer os nós e explicações repetidas, e alguns alunos na questão do trabalho coletivo também, pois houveram conflitos. O grupo com os três meninos que precisava de mais atenção, não conseguiram trabalhar em grupo e ao invés de se ajudarem só atrapalhavam uns aos outros,

choravam ou brigavam e foi preciso mantê-los sentados sem realizar a confecção do material.

Com o passar do tempo, percebi que mesmo que não estivesse chovendo, o tempo de uma aula não seria suficiente para que terminassem as rabiolas e saíssemos soltar as pipas. Percebendo o tempo curto que faltava, pedi que guardassem as rabiolas no saco plástico que receberam e devolvessem pra mim.

Expliquei que assim que terminássemos a confecção e se fizesse um tempo bom na próxima aula, eles poderiam ter a experiência de soltar as pipas.

Recolhi as rabiolas feitas por eles também e me despedi da turma com um pouco de atraso para a aula seguinte, do estagiário Benê.

Assim como a professora Martha falou, faz parte de toda aprendizagem como professor, proporcionar essas experiências aos alunos e verificar o que dá certo e o que não dá, bem como a organização do tempo para determinadas atividades. No caso desta por exemplo, a aula de pipas poderia ser realizada com os alunos em duas ou até em três aulas. Pensando assim, resolvi planejar a próxima aula como uma continuação desta, onde as crianças poderiam experimentar e soltar as pipas, mas isso caso fizesse um tempo bom. Caso não fizesse, faríamos uma parte da aula em sala, terminando a aula de pipas e deixando o material para levarem pra casa e soltarem com seus pais, e uma outra parte da aula seria dedicada ao início da temática de dança com os alunos.

10 de setembro de 2018 (aula 4)

Quando saí de casa peguei uma garoa fraca, o que poderia ser um problema, já que eu planejei fazer com o 1º ano a continuação da aula anterior, na qual eles poderiam soltar pipas.

Quando estava mais próxima da escola já não estava garoando, porém o tempo estava instável. Mesmo assim, a ida até a quadra coberta com a turma seria possível e a aula poderia ser realizada lá.

Quando cheguei na escola, aguardei a chegada da professora Martha para assumir a turma do 1º ano A.

Dei bom dia aos pequenos, fomos para a sala de aula e conforme a rotina, pedi que todos se sentassem em seus lugares e pegassem as agendas para colocarem na mesa.

Aguardei que se alocassem e iniciei a aula, lembrando um pouco do que havíamos feito na aula anterior e contando para os que não estavam presentes na aula também.

Logo, pedi a opinião da Martha quanto a levá-los para o pátio e ela concordou pois ainda não estava chovendo.

Peguei as pipas que estavam prontas e deixei a maior parte das que não estavam na sala, e chamei a turma para irmos ao pátio.

Chegando lá, analisei o melhor lugar para que eles ficassem e no fim, pedi que encostassem na parede para que eu conversasse com eles a respeito da aula.

Assim que se organizaram, comecei a explicação sobre como eu precisava amarrar as linhas de soltar em algumas pipas ainda, antes que eles soltassem, falei sobre o local onde íamos soltar, sobre os perigos de soltar próximo aos fios de luz e sobre se atentarem a direção do vento. Inclusive, sobre o vento, pedi que molhassem o dedinho na boca e colocassem pra cima para sentir de onde o vento estaria vindo, identificando onde ficava mais geladinho.

Depois disso, comentei que todos participariam conforme o comportamento e que seria no esquema “um de cada vez”, e que poderiam formar duplas (escolher um par, coleguinha), mesmo que a atividade fosse individual.

Verifiquei quem estava sem dupla e juntei alguns pares de crianças para que ninguém ficasse sozinho.

Enquanto conversava com eles, ia terminando de amarrar as pipas à linha e nesse meio tempo, começou a garoar. Sendo assim, fui até a rampa, à frente dos alunos e os chamei para irmos à quadra coberta, que mesmo sendo coberta, daria para eles experimentarem soltar pipa.

Na quadra pedi que eles sentassem na linha da quadra, à minha frente e depois que eles sentaram, chamei quatro duplas mais comportadas para iniciarem a atividade primeiro.

Expliquei que enquanto um da dupla soltaria a pipa o outro observaria e depois eles trocariam. Ao mesmo tempo, falei para quem estava sentado, observar também como se fazia. Demonstrei um pouco para as primeiras duplas e fui ajudar o aluno de inclusão.

Este aluno, João, que tem necessidades especiais físicas, sendo usuário de cadeira de rodas para locomoção, estava acompanhado do tutor e mais uma colega como dupla. A sua colega soltou a pipa primeiro e depois a entregou para o João,

que é bem participativo em todas as aulas, mas nessa, especificamente, ele precisaria de um par para realizar a atividade, no caso, o seu tutor, já que a cadeira de rodas é pesada para uma outra criança de 1º ano empurrar.

Entretanto, não houve nenhuma proatividade por parte dele ou predisposição para ajudar o garoto. Com isso percebi a necessidade de fazer a intervenção, permiti que com meu auxílio ele conseguisse realizar a atividade, mostrei como precisava segurar a pipa e enquanto isso eu me deslocava com ele na cadeira de rodas de um lado para o outro.

Assim como as outras crianças, o aluno ficou muito feliz de conseguir realizar a atividade e fazer sua pipa voar. Após isso falei para o tutor ajudá-lo. A professora Martha também falou para o tutor, dando uma “chamada” nele para ajudar o garoto no deslocamento.

Como não eram muitas pipas, as crianças precisaram revezar na hora de soltar, até que todos conseguiram soltar as pipas.

Como o tempo estava curto pedi que me ajudassem a recolher as pipas, fui pegando a sacola e ajeitando as pipas que me entregavam nela para que pudéssemos ir para a sala logo. Feito isso, pedi que formassem fila e fui puxando eles para o caminho da sala. Passamos pelo banheiro e tomar água antes de irmos e logo eles estavam na sala de aula.

Pedi desculpas pelo atraso a professora do segundo horário e avisei a turma que no final da manhã, antes de bater o sinal, eu estaria de volta para entregar a pipa de presente para cada um e me despedi.

24 de setembro de 2018 (aula 5)

Sempre olho a previsão do tempo no celular antes de sair de casa e estava marcando dia ensolarado e quente para essa segunda feira.

Cheguei na escola, dei bom dia a quem encontrei pelo caminho até a sala de educação física. A sala estava fechada ainda, apesar de já ser 8 horas. Aguardei sentada na cadeira a lado da sala até que alguém chegasse.

Quando a professora chegou deixei meus materiais na sala e peguei a caixinha de som que havia pedido emprestada para a professora Martha, meu pen drive e minha garrafa de água.

No caminho para a quadra a professora perguntou se eu estava melhor com relação à semana anterior, mas eu não estava 100% ainda, sentindo um pouco de enjojo ainda naquele momento. Mesmo assim prossegui com as aulas, dei bom dia a turma do 1º ano e “puxei” eles para a sala.

Conforme a rotina, pedi que todos se sentassem, se ajeitassem com seus materiais e pegassem a agenda para colocarem na mesa.

Aguardei que tivessem feito tudo isso e já fomos para a quadra.

A professora comentou que um dos alunos mudou de turno, indo para o da tarde.

As crianças passaram no banheiro antes de ir para a quadra. Chegando lá, pedi que sentassem no círculo, linha amarela da quadra da escola.

Tendo todos sentado, dei bom dia e falei sobre as atividades que seriam feitas naquele dia. Que teríamos uma atividade de ritmos com identificação das partes do corpo e num segundo momento, cantigas de roda com muita dança e cantoria. Perguntei se sabiam o que era cantigas de roda, mas não souberam responder e então, disse a todos que se tratavam de músicas cantadas em roda, com letras fáceis e da vivência das crianças, e que inclusive conheciam algumas das músicas, dei uma exemplos. Falei ainda abertamente com o aluno de inclusão , para que todos entendessem as diferenças e adaptações que seriam feitas para que ele participasse, falei que os movimentos das pernas ele poderia realizar com os braços ou da forma criativa que achasse melhor pra ele, que o importante era que ele entendesse de quais partes do corpo falasse a música e que todos tinham que identificar.

Pedi que levantassem, o aluno de inclusão voltou para sua cadeira de rodas, e continuassem na roda, começando com a música “todo movimento”.

Ensinei o ritmo dos pés e mãos e a frase fixa da música e aí sim cantamos ela por inteiro.

Depois que terminamos essa música, repetimos uma vez com todas as partes do corpo, cantando com mais ânimo, mais alto e mais forte.

Comecei a outra música, mais conhecida por eles “cabeça, ombro, joelho e pé”. E em seguida fui colocando mais dificuldade. Por último, fizemos mais rápido e ainda mais rápido. Aplaudimos e pedi atenção para começarmos a outra atividade.

Uma aluna, que entrou na turma no segundo período do ano, não gostou muito da atividade e não acompanhou a turma nos movimentos.

Pedi que esperassem até que eu ligasse o som, orientei que poderiam remexer como quisessem e para cantarem as músicas junto comigo, falei sobre as cantigas de roda e dei exemplos de algumas músicas que iriam tocar.

Começaram a tocar as músicas e fomos cantando e dançando, quem sabia cantava mais alto. Percebi que eles seguiam muito os movimentos que eu fazia, me tornando assim um espelho, ou incentivadora para eles.

Tocaram músicas como pombinha branca, alecrim dourado, a baratinha, o sapo não lava o pé, ciranda cirandinha e sambalelê.

No início a maioria deles parecia sonolento ainda, então incentivei-os a se soltarem mais.

Estava tão animado que quando vi já havia dado o horário de subirmos para sala de aula, então, chamei-os para a fila e seguimos.

Passamos no banheiro antes como de costume, para quem quisesse ir ao banheiro ou tomar água.

Nesse dia não houveram grandes problemas de comportamento dos alunos do 1ano A.

Me despedi da turma e avisei a professora seguinte que eles já haviam usado o banheiro.

01 de outubro de 2018 (aula 6)

Véspera do meu aniversário, estava ansiosa para a aula, pois planejei para o primeiro ano composição coreográfica e não sabia como iam reagir ou como o aluno de inclusão poderia se sentir nessa aula.

Havia deixado reservada a sala para fazermos a aula e a caixinha de som da professora.

Chegando lá, a sala de educação física estava aberta e a profa. Martha estava lá, dei bom dia, conversamos um pouco, deixei minha bolsa e peguei a caixinha de som, pois logo deu o horário.

A fila estava lá fora, pois não estava chovendo, então caminhamos até lá, dando bom dia a quem passava pelo caminho.

Chegamos na fila, todos presentes, dei bom dia e chamei eles para irmos a sala de aula.

Fui perguntando como havia sido o final de semana de alguns que estavam mais à frente enquanto caminhávamos.

Quando chegamos na sala, pedi que sentassem em seus lugares, organizando os que não sabiam onde sentavam, depois pedi que pegassem as agendas e colocassem na mesa. Feito isso, expliquei que nossa aula seria na sala 10.

Chamei a turma para a fila e fomos indo. Antes, fizemos uma parada no banheiro para os que queriam e também para tomar água.

Quem não queria ficou na fila, pedi que aguardassem no lugar enquanto eu buscava a chave da sala.

Logo eu voltei e chamei os que ainda estavam no banheiro ou fora da fila para irmos.

Chegando lá, abri a sala e orientei que sentassem próximo a parede do quadro.

Enquanto isso, a prof me ajudou a organizar a sala de forma de ficasse mais espaçosa para as crianças. Quando estava tudo certo, sentei em uma cadeira, falei abertamente sobre a atividade e me dirigi para o aluno de inclusão também.

Expliquei que para a primeira parte da aula eu queria que eles se movimentassem pela sala, remexendo como quisessem e preferissem, explorando os movimentos e espaço.

Aí perguntei como o aluno de inclusão preferia ficar, se na cadeira ou no chão e ele preferiu ficar no chão mesmo.

Coloquei as músicas e fomos todos nós movimentando pela sala.

Depois que percebi que estavam bem aquecidos e de acordo com o tempo programado, parei a música e pedi atenção deles para que eu explicasse a atividade em questão.

Perguntei se eles lembravam da aula anterior, da identificação das partes do corpo e das cantigas de roda. Falei que escolheríamos uma das músicas que cantamos e dançamos na aula anterior para criarmos uma coreografia da cantiga de roda. Falei que eles mesmos que iam criar a coreografia, então iam precisar de criatividade e prestar atenção na letra da música para criar o passo de dança.

Aí fui passando um trecho de cada uma das cantigas para eles lembrarem e escolherem. Quando terminei, perguntei por nome qual eles preferiam e a cantiga mais respondida foi “pombinha branca”.

Deixei a música pronta e pedi que que ficassem em pé na minha frente.

Apertei o play e ia passando de pouquinho em pouquinho, pausando a música e perguntando o que poderíamos fazer em cada frase da música.

Eles iam respondendo e o que não conseguiam eu ajudei, mas no geral, a maior parte da música foram eles que sugeriram os passos e gestos para compor a coreografia.

No final dançamos duas vezes a coreografia completa e antes de irmos pedi para formarem uma roda e falarmos sobre os acontecimentos.

Na roda de conversa, como o tempo estava apertado, quem mais falou fui eu mesma, falei sobre o que tínhamos aprendido, sobre o respeito que precisava estar mais presente na turma e a questão da participação também.

Pedi que formassem a fila perto para irmos a caminho da sala. A profa. Martha ficou no final da fila para apagar a luz e fechar a porta.

No caminho para a sala, como de rotina, passamos no banheiro e nesse tempo houve um desentendimento entre dois garotos, estavam se batendo. Dei uma bronca neles, lembrando que eu havia acabado de falar sobre respeito e eles já estavam se desrespeitando. Fiz pedirem desculpas um ao outro e se abraçarem por 5 segundos.

Depois disso chamei todos para irem até a sala e se acomodarem. Comentei com a professora da próxima aula sobre o acontecido com os dois garotos. E dei tchau pra turma.

15 de outubro de 2018 (aula 7)

Mais um dia chuvoso em Curitiba, mas eu já havia reservado a sala e materiais para a aula do dia.

Chegando lá, dei bom dia aos que encontrei pelo caminho e desejei feliz dia dos professores as profs que encontrei.

Fui até a salinha de educação física, a professora Siria já estava lá. Assim como para os outros, dei parabéns e feliz dia dos professores. Deixei minha mochila e peguei só o necessário.

Antes de ir para a fila do 1o ano A, passei na sala dos professores para encher minha garrafinha de água e nesse meio tempo o sinal bateu.

Chegando na fila, já fui dando bom dia para a turma e verificando se a professora Martha estava chegando. De qualquer forma, a pedagoga que estava por perto pediu para a inspetora me acompanhar até a sala e assim, fui puxando a turma até a sala.

A inspetora me desejou feliz dia dos professores e eu agradei enquanto caminhávamos para a sala de aula deles.

Lá pedi que sentassem em seus lugares e mais uma vez eles estavam confusos sobre seus determinados assentos. Aí eu fui ajeitando e falando para sentarem em alguns lugares, percebendo que muitos alunos faltaram nesse dia.

Logo estavam todos sentados, pedi então que pegassem suas agendas e deixassem na mesa.

Depois que terminaram comecei a conversar com eles sobre a aula do dia, esperando que nesse meio tempo a professora chegasse. Depois fui pegar a chave da sala 10 para usarmos e quando voltei pra sala de aula do 1o ano, a professora Martha já estava lá.

Cumprimentei a professora e já pedi que a turma formasse a fila. Então, fui caminhando com eles até a sala 10.

Abri a porta, acendi as luzes e pedi que sentassem em frente ao quadro, como de costume.

Comecei pedindo a atenção de todos e explicando sobre a primeira parte da aula, onde faríamos uma coreografia, que uma parte da coreografia seria sentada e outra parte seria em pé mesmo.

Falei sobre essa proposta de aula de dança inclusiva que tinha por objetivo eles olharem a dança sob outra perspectiva e entendessem que existem várias possibilidades e todos podem dançar.

Enquanto eu explicava a prof, trouxe a caixinha de som e pegou o carregador da caixinha.

Pedi que os alunos aguardassem enquanto eu arrumava a música para que pudéssemos começar.

Quando terminei, coloquei a música e perguntei se já haviam ouvido, pois não era uma música tão antiga, mas logo parei a música para começar a coreografia por partes.

Pedi que sentassem espalhadas com espaços entre eles para não machucarem ou trombarem uns nos outros e chamei um que estava mais desatento para sentar mais na frente. A professora Martha chamou outro pra mais perto dela.

Sentei no chão, na frente deles e comentei que quando se tratava de coreografia, em geral, as contagens eram feitas até 8 e que nesse caso seria assim também, comecei passando os passos sempre contando para que eles contassem também.

Assim eu passava uma sequência e depois colocava a música e aos poucos eles foram pegando a coreografia. Quando terminei, deixei que fizessem sem a minha ajuda, pois queria ver a dança deles, depois fiz mais uma vez com eles e deixei que fizessem sozinhos mais duas vezes para gravar.

Aplaudi, disse estar orgulhosa do resultado e pedi que sentassem no chão novamente, pois faríamos outra atividade. Fiz uma retomada da atividade anterior que trabalhava as possibilidades de uma dança para todos com eles e expliquei a segunda proposta.

A proposta da segunda atividade era de relaxamento, diminuição do stress e dos conflitos que vinham tendo nas ultimas aulas.

Pedi que deitassem no chão e fechassem os olhos. Preparei a música e apertei play. No decorrer da atividade pedi que sentissem suas respirações, suas partes do corpo e que permanecessem só os bons sentimentos, etc.

Deu pra perceber que dois alunos não conseguiam concentrar-se, o que pode acontecer mesmo.

No final pedi que fossem abrindo os olhos devagar e sentando, e quando todos fizeram isso, expliquei porque fiz a atividade com eles. No caso, proposta para a 2a parte da aula era de relaxamento, meditação para diminuição do stress e agitação da turma, coisa que vinham tendo há algum tempo e devido as brigas, eu esperava que o relaxamento pudesse apaziguar isso.

Perguntei se tinham gostado das atividades e logo pedi que formassem a fila, com calma, para que pudéssemos ir até a sala de aula.

No caminho da sala, passamos no banheiro e quem teve vontade foi, enquanto outros ficaram na fila comigo.

Tendo voltado a maioria deles, fui puxando a turma devagar no corredor, caminho da sala.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estudo permite compreender como se deu a exclusão das pessoas marginalizadas desde a antiguidade, algumas destas e principalmente, pessoas com deficiência, que ao longo dos anos foram conquistando vitórias, por meio da luta pelos seus direitos e no que diz respeito à inclusão escolar.

Procurou-se discutir as boas práticas de inclusão na educação com enfoque na educação física escolar como tema central deste trabalho. E com isso, a inclusão, que procura manifestar as diferenças e a singularidade do indivíduo como algo a ser visto e entendido como normalidade.

As boas práticas são ditas como uma melhor prática à vista da eficiência e da eficácia. Eficiência como algo ou um procedimento que se realiza de forma correta e eficaz, como algo que se visualiza para fazer a coisa certa num olhar mais amplo do todo.

Todo esse levantamento, pretende agregar um conhecimento tanto teórico, quanto de intervenção prática, almejando enriquecimento acadêmico-profissional e pessoal.

Após a riqueza de conhecimentos que o presente estudo proporciona, faz-se perceptível que na educação é de fundamental importância, que os professores busquem atuar na perspectiva das boas práticas educativas.

Desta forma, o presente trabalho faz parte de um esforço para caracterizar boas práticas de inclusão na educação física escolar, e buscou entender melhor como se dá a construção de uma boa aula de educação física que acolhe a todos.

Em geral, os objetivos e expectativas definidos no início do estudo foram alcançados. Espera-se ainda, que o intuito de auxiliar, enriquecer e somar conhecimentos com futuros professores, profissionais da área de educação física ou pessoas com simpatia pelo tema, prossiga sendo proporcionado.

REFERÊNCIAS

AACD. **Apresentação**. Disponível em <<https://aacd.org.br/conheca-aacd/>> Acesso em 17/04/2018

APAE BRASIL. **Conheça a APAE**. Disponível em <<http://apae.com.br/>> Acesso em 17/04/2018

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva : garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola : necessidades educacionais especiais dos alunos**. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 5 v. : il. color. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>> Acesso em 13/04/2018

ARZABE, Patricia Helena Massa; GRACIANO, Potyguara Gildoassu. **A Declaração Universal dos Direitos Humanos - 50 anos**. Disponível em <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/direitos/tratado4.htm>> Acesso em 07/04/2018

BEZERRA, Juliana. **Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)**. Disponível em <<https://www.todamateria.com.br/ditadura-militar-no-brasil/>> Acesso em 18/04/2018

Boas-práticas in Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2018. Disponível em <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/boas-praticas>> Acesso em 09/11/2018

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1988). CAPÍTULO III Da Educação, da Cultura e do Desporto**. Disponível em: <<http://www.guariba.sp.gov.br/documentos/pdf.pdf>> Acesso em 18/04/2018

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica / Secretaria de Educação Especial - MEC; SEESP, 2001. 79 p.** Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>> Acesso em 05/05/2018

BRASIL. O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Portaria n. 1.793, de dezembro de 1994**. Para a Medida Provisória. n.º 765, de 16 de dez. de 1994. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf>> Acesso em 18/04/2018

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI n. 4024, de 20 de dez. de 1961. Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm> Acesso em 17/04/2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI n. 9.394, de 20 de dez. de 1996. Diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em 17/04/2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.10.172, de 9 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm> Acesso em 05/05/2018

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985**. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7405-12-novembro-1985-367964-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso 11/05/2018

CENTOFANTI, Rogério. **Os laboratórios de psicologia nas escolas normais de São Paulo: o despertar da psicometria**. Psicol. educ., São Paulo, n. 22, p. 31-52, jun. 2006. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?>> Acesso em 13/04/2018

Comite Olímpico do Brasil. Disponível em <<https://www.cob.org.br/pt/cob/comite-olimpico-do-brasil>> Acesso em 19/04/2018

Comite Paralímpico Brasileiro. Disponível em <<http://www.cpb.org.br/>> Acesso em 18/04/2018

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, (1994). <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em 13/04/2018

Declaração Universal dos Direitos Humanos. UNIC/Rio/005, Janeiro 2009. (DPI/876). Disponível em <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>> Acesso em 07/04/2018

DEIMLING, Natália Neves Macedo; MOSCARDINI, Saulo Fantato. **Inclusão Escolar: política, marcos históricos, avanços e desafios**. [2011?]. 19 p. Artigo acadêmico (Pós-Graduação em Educação) - UNESP, SP, Brasil, 2012. Disponível em <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/viewFile/9325/6177>> Acesso em 13/04/2018

DIRETRIZES CURRICULARES PARA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE CURITIBA, 2006. Volume Volume 3 - Ensino Fundamental. Disponível em <<http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/downloads/arquivos/3010/download3010.pdf>> Acesso em 23/06/2018

FRANCHIN, Fabiana; BARRETO, Selva Maria G. **MOTIVAÇÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ENFOQUE NO ENSINO MÉDIO**. [2017?]. 33 p. Especialização (Curso de Especialização em Educação Física Escolar)- UFSCar, [S.I.], [2017?]. Disponível <<http://www.eefe.ufscar.br/pdf/fabiana.pdf>> Acesso em 21/06/2018

GIL, Marta. **A legislação federal brasileira e a educação de alunos com deficiência**. 2017. Disponível em <<http://diversa.org.br/artigos/a-legislacao-federal-brasileira-e-a-educacao-de-alunos-com-deficiencia/>> Acesso em 08/05/2018

GOMES, Leonardo Dias. **Boas Práticas Educativas e Pedagógicas: Em busca da Melhoria Contínua**. 2016. Revista Especialize On-line IPOG – Goiânia – 12ª Edição, n. 012, Vol. 01/2016 Dezembro/2016. Disponível em: <<file:///C:/Users/steva/Downloads/leonardo-dias-gomes-11111601.pdf>> Acesso em 09/11/2018

GUIMARÃES, Alexandre Sidnei. **Educação Especial: do “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência” à educação dos**

portadores de necessidades especiais. Constituição de 1988: O Brasil 20 Anos Depois. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-v-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-os-cidadaos-na-carta-cidada/educacao-e-cultura-educacao-especial-do-atendimento-educacional-especializado-aos-portadores-de-deficiencia-a-educacao-dos-portadores-de-necessidades-especiais>> Acesso em 11/05/2018

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil.** - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Disponível em <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/historia-do-movimento-politico-pcd.pdf>> Acesso em 05/05/2018

Legislação Específica / Documentos Internacionais. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-especial-sp-598129159/legislacao>> Acesso em 10/04/2018

LUSTOSA JÚNIOR, José Voste. **Ao povo e ao governo: o ideário educacional do manifesto dos pioneiros da escola nova no Brasil.** Disponível em <http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Trabalho_Comunicacao_oral_idinscrito_8_f6dc1b892a8cacc6eb8fcdf8a94bdd72.pdf> Acesso em 20/06/2018

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Educação Especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar.** 2011. 22 p. Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade – LEPED/Unicamp (Faculdade de Educação) - Universidade Estadual de Campinas, 2012. Disponível em <<http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm>>. Acesso em 13/04/2018

MAUERBERG-DECASTRO, Eliane. **Atividade física adaptada.** Ribeirão Preto, SP: Tecmedd, 2005.

MAUERBERG-DECASTRO, Eliane. **Atividade física adaptada.** 2ª ed.- Ribeirão Preto, SP: Novo Conceito Editora, 2011.

MEC. **Projeto Melhores Práticas.** 2010. Disponível em <<http://melhorespraticas.mec.gov.br/historico.html>> Acesso em 09/11/2018

MEC/SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** 07 de jan. de 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192> Acesso em 11/05/2018

Ministério da Educação. **Instituto Benjamin Constant.** Disponível em <<http://www.ibc.gov.br/o-ibc>> Acesso em 13/04/2018

MOREIRA, Camila. **Marcos históricos e legais da Educação Especial no Brasil.** 2013. Disponível em <<https://cmoreira2.jusbrasil.com.br/artigos/111821610/marcos-historicos-e-legais-da-educacao-especial-no-brasil>> Acesso em 13/04/2018

ONU. **A ONU e as pessoas com deficiência.** Disponível em <<https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/>> Acesso em 05/05/2018

PIRES, Fátima. **Primeira participação do Brasil em Jogos Paralímpicos.** 2012. Disponível em <http://www.rankbrasil.com.br/Recordes/Materias/06ge/Primeira_Participacao_Do_Brasil_Em_Jogos_Paralimpicos> Acesso em 18/04/2018

RAFANTE, Heulália Charalo. **Helena Antipoff, as sociedades Pestalozzi e a educação especial no Brasil.** USFC, 2011. Disponível em <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2261/Retido.pdf?sequence=1>> Acesso em 20/06/2018

RICHTER, Ana Cristina; VAZ, Alexandre Fernandez. **Sobre os modos de praticar Educação Física na Educação na Educação Infantil.** Estud. pedagóg. Valdivia, v.38, n. especial, p. 311-325, 2012. Disponível em <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-07052012000400017&lng=es&nrm=iso> Acesso em 09/11/2018

ROCHA, Solange Maria da. **História do INES.** Disponível em <<http://jornaldosurdo.comunidades.net/fundacao-do-ines>> Acesso em 17/04/2018

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

ROGALSKI, Solange Menin. **Histórico do surgimento da educação especial**. 2010. 13 p. Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - IDEAU. Revista de Educação do IDEAU, Vol. 5, nº 12. Julho - Dezembro, 2010. Disponível em <https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/168_1.pdf> Acesso em 13/04/2018.

SALTON, Bruna. **Histórico da Inclusão no Brasil**. Disponível em <http://www.tiki-toki.com/timeline/entry/127165/Historico-da-Inclusao-no-Brasil/#vars!date=1854-09-12_00:00:00!> Acesso em 13/04/2018.

Significado de incluir. Dicionário Aurélio de Português Online. 2018. Disponível em <<https://dicionariodoaurelio.com/incluir>> Acesso em 07/04/2018

Significado de inclusão. Dicionário Aurélio de Português Online. 2018. Disponível em <<https://dicionariodoaurelio.com/inclusao>> Acesso em 07/04/2018

SILVA, Renata Prudencio da. **Medicina, educação e psiquiatria para a infância: o Pavilhão-Escola Bourneville no início do século XX**. Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., São Paulo, v. 12, n. 1, p. 195-208, março 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v12n1/a13v12n1.pdf>> Acesso em 18/04/2018